



ATA N.º 22/XI-2º/2014-15

1 - Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, sito na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Procedimento Concursal - SMAS - Técnico Superior, Área de Atividade de Gestão”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Recrutamento Excecional - SMAS - Preenchimento de 30 postos de trabalho de Assistente Operacional”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Renovação das Autorizações de Abertura de Procedimentos Concursais para 52 postos de trabalho de Assistente Operacional”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e Municipalizados”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os “Procedimentos Concursais para Provimento de quatro Cargos de Dirigentes Superiores de 1º Grau”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Recrutamento Excecional para preenchimento de 51 postos de trabalho por Tempo Determinado para atividades nas praias do Concelho”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Plano Municipal de Emergência - Regulamento”
 - 3.10 - Apreciação e votação do Projeto de Deliberação de Alteração da Composição do Conselho Municipal de Segurança de Almada.



2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3113/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues de Carvalho, com ausência nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 2968/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, com ausência no dia 26 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3102/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 26 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3111/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal João Ricardo Lourenço Quintino, com ausência no dia 26 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3112/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência no dia 26 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3103/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).



4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, da eleita Sr.^a Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, da eleita Sr.^a Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e por impedimento da cidadã Sr.^a Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.^a Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.^a Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI**).
- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, do eleito Sr. João Ricardo Lourenço Quintino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida e por impedimento da cidadã Sr.^a Ana Catarina Ribas Lopes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX e XX**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, (**Conforme Anexo XXI**).



4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 2465/XI-2º ao 3095/XI-2º do Expediente Enviado do nº 1717/XI-2º ao nº 2083/XI-2º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 08/XI-2º/2014-15, das Atas Nºs 19/XI-2º/2014-15, 20/XI-2º/2014-15 e 21/XI-2º/2014-15 e das Minutas das Atas Nºs 19/XI-2º/2014-15, 20/XI-2º/2014-15 e 21/XI-2º/2014-15 e da Informação Nº 07/14-15 da Atividade dos Membros da Mesa.

4.4.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 19/XI-2º/2014-15, 20/XI-2º/2014-15 e 21/XI-2º/2014-15 e as Minutas das Atas N.ºs 19/XI-2º/2014-15, 20/XI-2º/2014-15 e 21/XI-2º/2014-15, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, respetivamente.

5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

5.1 - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Processo da CMA nº E/9668/2011”.

5.1.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2211/XI-2º e designado de nº 3/PS/XI.

5.1.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1543/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1542/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.2 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, solicitando informações sobre o Festival “Sol da Caparica”.

5.2.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2213/XI-2º e designado de nº 1/PSD/XI.

5.2.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1545/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1544/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.2.3 - O Sr. Deputado Municipal oficiou a Assembleia devido à falta de resposta ao Requerimento nº 1/PSD/XI, (Ent. nº 2950/XI-2º de 10 de fevereiro de 2015).



- 5.2.4** - Oficiada a CMA sobre falta de resposta ao requerimento, através do ofício nº 1999/XI-2º no dia 11 de fevereiro de 2015 e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2000/XI-2º no mesmo dia.
- 5.2.5** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 89/GP/2015 de 19 fevereiro 2015, sendo-lhe atribuído o nº 3037/XI-2º.
- 5.2.6** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2066/XI-2º em 24 fevereiro 2015.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Recolha de Lixo e Resíduos Urbanos”
- 5.3.1** - A Câmara respondeu através do ofício 4/GP/2015, de 5 de janeiro de 2015
- 5.3.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 14 de janeiro de 2015, através do ofício nº 1877/XI-2º.
- 5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Refeições Fornecidas/Confecionadas nas Escolas.
- 5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 5 de fevereiro de 2015, foi registado com a Entrada nº 2929/XI-2º e designado de nº 5/CDS-PP/XI-2º.
- 5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 9 de fevereiro de 2015, através do ofício nº 1984/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1983/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.4.3** - A Assembleia Municipal oficiou o Sr. Deputado Municipal requerente no dia 10 de fevereiro de 2015, através do ofício nº 1993/XI-2º.
- 5.5** - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre Qualidade das refeições fornecidas às crianças das Escolas do Ensino Básico.
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 9 de fevereiro de 2015, foi registado com a Entrada nº 2940/XI-2º e designado de nº 5/BE/XI-2º.
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 9 de fevereiro de 2015, através do ofício nº 1990/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1989/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.5.3** - A Assembleia Municipal oficiou o Sr. Deputado Municipal requerente no dia 10 de fevereiro de 2015, através do ofício nº 1994/XI-2º.
- 6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Santos Baptista, residente na Charneca de Caparica.

6.1.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Santos Baptista:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho-vos dizer o seguinte, alguns de vocês já conhecem a minha luta de longa data, já vem de 1993, até hoje e já passados 22 anos, ainda hoje aqui venho. Manifestamente sou perseguido e fui perseguido, eu e a minha família com prejuízo moral, com prejuízo financeiro e com várias outras situações que levaram à minha depressão, à da minha mulher, à do meu filho que hoje tem 27 anos e que teve uma depressão durante mais de 4 anos. Foi seguido por vários psiquiatras para atenuar a sua doença que se verificou após saber que o pai andava numa luta por a verdade nas Quintinhas - Pinheirinho, designado Núcleo 26 das Quintinhas - Pinheirinho. Onde uma Associação de Proprietários Moradores das Quintinhas - Pinheirinho celebrou um acordo a 23 de março de 1993 com a Câmara Municipal de Almada, onde a Associação fazia as infraestruturas e a Câmara participava pelos lotes que já tinha recebido anteriormente a 93, dos proprietários. Tinham pago as infraestruturas mesmo não sendo legalizado nem construído as suas habitações. O facto é que após isso e quando foi pedido pela Associação a quantia que eu tinha a pagar pelas infraestruturas foi-me dito que eu tinha a pagar juros a 2% ao mês, o que ultrapassava e em muito o que estava decretado no Diário da República. Porque, relembro, isto em 93 a Associação começou a cobrar juros a 2% ao mês aos proprietários e a todos os proprietários, muitos deles até desconheciam a existência da Associação, porque eram emigrantes, tinham ali lotes e quando alguém lhes dizia que efetivamente tinham o seu lote para pagar, para as infraestruturas eram logo pedidos juros a 2% ao mês. Isto é uma vergonha o que aconteceu. Depois de uma luta titânica, eu meti o projeto da minha casa em 1989, só que em 90 já a Câmara não permitia que as pessoas legalizassem diretamente as suas casas, tinham que passar a pagar à Associação de Proprietários das Quintinhas - Pinheirinho, e o certo é que depois de uma longa batalha, digo eu e continuo a repetir, ser humilhado, ser espezinhado, contra a minha dignidade e da minha família, o que sucede é que ainda hoje a Câmara Municipal de Almada, depois de ter entregue o recibo de participação da minha casa, que foi passado pela Associação de Moradores Proprietários das Quintinhas - Pinheirinho em 2003 e depois da Associação ter enviado as telas finais para a Câmara Municipal de Almada onde consta os lotes



pagos pela Câmara, são quatrocentos e tal lotes e mais 1400 e picos pagos pelos proprietários, certo é que a Câmara Municipal de Almada através da sua Chefe de Divisão Tânia Camões me exige que eu vá de novo pedir e humilhar-me perante a Associação a pedir o recibo. Eu tenho o recibo entregue e está junto ao processo. Tenho aqui cartas enviadas à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada com data de 7 de novembro de 2011, onde eu digo, “em resposta ao ponto 3, informo que já enviei carta e recibo passado pela Associação de Proprietários e Moradores em como o meu lote pagou na totalidade as infraestruturas conforme ofício 1254/XI, data de 8/12/2011”, o mesmo está o recibo, pois quando se paga qualquer coisa a alguém, se é passado um recibo o mesmo serve para sempre. Se a Câmara Municipal de Almada tem dúvidas se o recibo é verdadeiro, deve perguntar à Associação se o mesmo é válido. Para mais a Associação enviou à Câmara Municipal de Almada ... onde se pode verificar e ler na página 24/58 datada do 12/09/2007, que José Manuel dos Santos Baptista, rua São João, 298, processo de legalização 63/99, Zona 32, com área de 377 m², pagou à Associação.

Suponho não se terem dúvidas que o meu lote, tenho tudo pago, infraestruturas. Esperando a Câmara Municipal de Almada o melhor acolhimento, melhores cumprimentos. Juntei o recibo. O facto é que ainda hoje estão a fazer-me uma perseguição para eu não legalizar a minha casa. Inclusive estão a falar de um anexo que eu tenho, um anexo pequeno, é só um anexo não tem habitação nenhuma.

Eu conheço e denuncio aqui perante esta Assembleia que há legalização de casas com anexos, onde os mesmos anexos não sendo permitido por Decreto-Lei, os anexos não podem servir de habitação e há vários anexos legalizados no Núcleo 26 das Quintinhas - Pinheirinho que têm dois quartos, que têm sala de estar, têm casa de banho, têm cozinha, inclusive um é ao meu lado, é no nº 42 da rua de São João, o processo está em andamento, foi legalizado e isso não pode continuar. A perseguição contra mim é efetiva, eu tenho 69 anos, faço 70 no mês de agosto deste ano se lá chegar. O facto é que estou a ser humilhado, foi a mesma coisa que aconteceu no Estado Novo a todos aqueles que se opunham ao Estado Novo, está a acontecer comigo.

Peço a esta Assembleia o favor de me poderem ajudar nessa minha luta, porque eu sou um homem honrado não devo nada a ninguém, tenho decisões dos tribunais que me dão toda a razão, pelo facto de eu andar a lutar nesta situação, onde o Assessor Jurídico da Associação meteu um processo contra mim por difamação, por eu ter



falado em 2002, em 16 de maio de 2002, no Fórum TSF, alterou as minhas palavras que eu disse nesse Fórum e a Sr.^a Juíza de Instrução me acusassem e pronunciassem por factos que eu não disse no Fórum TSF que estava provado e ficou provado em Tribunal. Inclusive o Assessor Jurídico foi condenado a pagar as custas do processo que me meteu a mim no Seixal e depois recorreu para a Relação e o Tribunal da Relação diz que eu tive toda a razão ao longo dos anos em ter dito o que disse da Associação, em ter-me oposto ao pagamento de juros de 2% ao mês. Inclusive houve uma Assembleia e a única e a primeira que houve uma Associação da Augi em 25 de outubro de 1997, onde num ponto da ordem de trabalhos era a retificação de juros a 2% ao mês. Isso foi uma vergonha, foi tudo anulado pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 2000 fizeram então uma nova Assembleia onde punha ordem de trabalhos retificação de juros a 2% ao mês, em baixo proposta de juros à taxa legal. Foi anulada essa reunião por deliberação do Tribunal de Almada, Ana Beatriz Batista da Silva era a Juíza que proferiu esse despacho. Infelizmente por um atraso de umas horas do envio do fax no último dia da Providência Cautelar, eles recorreram, esteve tudo suspenso, recorreram para o Tribunal da Relação e o Tribunal da Relação, como aconteceu com o Processo do Dr. José Miguel Judas com uns indivíduos em que diz que não entrou naquela hora até às 24H00, entraram umas folhas, não entrou a totalidade e então não continuaram a manter E permita-se para concluir, eu falei agora aqui com o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Almada e disse-lhe exatamente isso. Peço-vos a todos vós que me possam ajudar nesta luta, como é que eu agora que tendo todos os documentos de pagamento a uma Associação, onde outras casas já foram legalizadas depois de 2000, têm efetivamente lá os recibos e agora estão-me a humilhar, sacrificar a fazer a minha vida num inferno. Eu sou um doente cardíaco, sou seguido pelo Sr. Professor Manuel Carrageta, sou seguido no Hospital de Santa Marta pelo Dr. Marques Silva, sofro de uma arritmia continua, há muitos anos derivado a estas situações. Só peço a vossa ajuda, se quiserem eu estou disponível a mostrar toda a documentação que tenho aqui comigo, onde quiserem, no local que quiserem. Porque se esta situação não se alterar a breve prazo eu continuo em greve de fome e de sede no local a designar, não no Concelho de Almada mas em Lisboa para chamar atenção dos órgãos de comunicação social, da Assembleia da República e de todos os organismos democráticos deste país, para aquilo que fizeram e estão a fazer.”



6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Artur Silva de Oliveira, residente em Almada.

6.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Artur Silva de Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara em primeiro lugar quero ter o prazer e o privilégio pela primeira vez numa Assembleia Municipal desde que o Sr. assumiu a Presidência desta autarquia de intervir numa Assembleia Municipal, chamo atenção, no sentido construtivo e não no sentido destrutivo como me veio ao rumor de que sou contestatário. Porque até tenho aqui na palma da minha mão um pedacinho de uma determinada personalidade contestatária deste país que no final vou falar o nome da pessoa.

Portanto, Sr. Presidente em primeiro lugar quero falar nalgumas questões que tem a ver com o bem-estar na via pública de Almada. Primeiramente tem a ver com dois candeeiros residentes na rua Capitão Leitão, resistentes do tempo do fascismo e agora foi em frente àquele parque que foi construído na Capitão Leitão, um candeeiro que não faz sentido de existir porque está desativado. O outro está em frente ao Centro de Trabalho do PCP, está praticamente no meio do passeio, que eu já há 5, 6, 7, 8 anos que levanto esta questão, para retirar o candeeiro de lá porque não faz sentido existir porque há pessoas que passam ali com bebés nos carrinhos e até pessoas invisuais e não faz sentido aquele candeeiro existir naquela via.

A segunda questão tem a ver com a rua Bernardo Francisco da Costa, e aqui mais uma vez faço um apelo Sr. Presidente, veja bem se realmente está bem acompanhado, e é bom que os Srs. Vereadores por vezes saiam dos Gabinetes, andem a pé, passem pela via pública, porque eu cheguei a dizer noutras Assembleias Municipais, sou vadio por natureza e ando sempre na rua. E como ando sempre na rua passo pelas pessoas e vejo. E de maneira que a rua Bernardo Francisco da Costa nomeadamente em frente às antigas instalações da EDP, neste país tudo se consegue fazer, no mundo inteiro, porque hoje até já se vai ao Planeta Marte, vai-se à Lua, por conseguinte ali é uma coisa que tem solução. É no passeio, quem desce a rua Bernardo Francisco da Costa, em frente às antigas instalações da EDP, derivado às raízes das árvores o passeio está completamente levantado. Ora bem, o que é que acontece, pessoas invisuais, pessoas deficientes estão sujeitas a cair ali e aquilo tem solução e eu sei qual é a solução, não quero aqui argumentar porque não é a mim que compete, compete única e simplesmente aos serviços técnicos da



autarquia que têm engenheiros em todos os campos para poder fazer essa avaliação, portanto isto é uma das questões que eu chamo atenção do Sr. Presidente, para que realmente ele consiga resolver essa situação.

Outra questão tem a ver com a estrada, a chamada estrada do Olho de Boi. Aquela Arriba Sr. Presidente, é uma história que já vem de há longos anos a esta parte, o ICN empurra para a Câmara, a Câmara empurra para o ICN, o que é verdade é que enquanto não existir uma situação grave de morte terão de tomar medidas, medidas drásticas. Mas é uma coisa que não faz sentido, é que há pouco tempo caiu uma parte da Arriba, limparam uma parte da lama que estava caída da Arriba e não faz sentido que tivessem limpo a lama que estava caída na estrada e deixassem, e na minha opinião pessoal porque independentemente de ter sido operário, parvo também não sou, infelizmente não vejo de um olho, mas foi uma questão profissional, mas parvo também não sou, e não faz sentido terem deixado a lama encostada à berma da Arriba e inclusivamente quando a estrada foi feita a nova canalização, não terem deixado a caleira para escoar a água, o que é que acontece? A água quando corre é para o meio da estrada. Portanto isto foi um erro de quem? A mim não compete, ao Sr. Presidente também não, o Sr. Presidente tem os seus técnicos, os seus engenheiros, os seus encarregados, toda essa gente para dar acompanhamento a toda essa situação.

Portanto, em relação à questão dos contentores Sr. Presidente, quero chamar atenção, eu inclusivamente já estou farto de fazer essa contestação em relação à limpeza dos contentores, nomeadamente de mês a mês retirar os contentores, por exemplo nesta rua aqui, hoje retiravam para limpeza e punham outros, e inclusivamente a recolha dos monos e do lixo, já apanhei grandes irritações para os serviços da limpeza para recolherem os monos e o lixo, eu inclusivamente já apanhei essas irritações, eu não tenho o direito de estar a fazer isso, já tenho 66 anos, eu não devia estar aqui a falar nestas coisas, devia era estar com as pantufinhas em casa completamente tranquilo. Inclusive estou aqui a procurar contribuir, chamar atenção da autarquia para que realmente procure corrigir essas anomalias.

A outra questão Sr. Presidente tem a ver com as bandas que eu numa ocasião chamei à atenção na Assembleia Municipal, e têm que me provar se alguém já foi multado. Isto tem a ver com a São João Baptista, que tem lá um placar que diz que não pode andar a mais de 20 km à hora. Eu gostava que a autarquia me respondesse quantos condutores é que já foram multados pelo excesso de velocidade.



Ainda há pouco tempo foi uma pessoa atropelada naquela zona e eu tive o cuidado de chamar atenção para o perigo que existe ali. Inclusive como já disse, eu sou vadio por natureza, ando sempre na rua, os autocarros da TST quando chegam ali em dias que chove, querem travar e derrapam, eu inclusive sugeri meter ali umas bandas para que evitasse o excesso de velocidade porque é uma zona onde transita ali muita gente de um lado para o outro, para evitar qualquer tipo de desgraça. Já aconteceu inclusivamente, já aconteceu, estão ali as bandas e bandas, há bandas por todos o lado e toda a gente toca música e aí não há bandas, há é música e vamos na música.

Sr. Presidente, para terminar a minha intervenção, em relação à minha maneira de estar na vida, sempre foi assim. No tempo da outra senhora, na empresa onde trabalhei sempre enfrentei muitas lutas, com três objetivos centrais, liberdade, fraternidade, igualdade. Foi os princípios que sempre me nortearam durante toda a minha vida. E agora para concluir, uma das pessoas que eu digo que tenho aqui neste papelinho que fazia parte dos contestatários deste país em que tanta vez que alertou este país para as consequências que trazia para Portugal a integração de Portugal na CEE e o acordo de Maastricht, hoje o povo português está a sofrer as consequências, porque perdeu a sua soberania, está subjugado às grandes potências da Europa e Portugal não tem autonomia para se impor perante a Europa, chamava-se Dr. Álvaro Cunhal.“

6.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 - O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Múncipais;

Começava por agradecer aos Bombeiros Voluntários de Almada a disponibilidade que têm para a cedência desta sala e aproveitar para os saudar.

Em relação às questões que aqui foram trazidas pelos Srs. Múncipes, em relação ao Sr. José Manuel Santos Baptista, a Sr.^a Vereadora Maria Amélia Pardal já fez o agendamento de uma reunião que irá procurar ajudar a resolver o problema que o Sr. aqui trouxe, compreende-lo melhor e ajudar a resolver.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Artur Silva Oliveira, há algumas questões que levantou que são preocupações comuns, designadamente no que diz respeito às questões da mobilidade e as limitações que são impostas por obstáculos diversos à circulação e aos peões, nomeadamente os dois candeeiros na rua Capitão Leitão e



também da Bernardo Francisco da Costa, também a questão da estrada do Olho de Boi que tanto quanto percebemos pelo facto de estar estragada ou interrompida a valeta, tanto quanto foi possível perceber.

Em relação à recolha de monos, dizer que vai ser distribuído uma tiragem de cerca de 100 mil exemplares da proposta de Regulamento de Resíduos para debate público, que todos os munícipes possam participar no período de debate público. Assumimos fazer uma tiragem que chega a casa de toda a gente, para que não haja desculpas que ninguém conhece, ninguém teve a possibilidade de participar no debate sobre o Regulamento de Resíduos.

Em relação a esta matéria temos um programa em que progressivamente, numa perspetiva pedagógica, não repressiva, mas fundamentalmente pedagógica, procuraremos responsabilizar todos para as suas responsabilidades. Naturalmente feito o esclarecimento e estando dotados dos necessários meios, não deixaremos de atuar onde seja necessário a partir do momento em que o debate seja possível chegar a todos e da nossa parte não faltaremos.

Sobre questões de excesso de velocidade na zona mista também é uma preocupação comum, como se sabe está em curso um processo de regularização e de alteração de trânsito nessa zona, que será concluído também no contexto em que os SMAS terão que fazer algumas obras de intervenção na rede naquele local, e por isso não vale a pena estarmos neste momento a tomar medidas radicais e definitivas em relação a estas matérias, porque durante algum período, proximamente teremos que fazer novamente condicionamento de trânsito justamente para que seja possível proceder-se à indispensável renovação da rede.

Em relação às questões substanciais era isto. Com o Sr. Vereador Rui Jorge quer dizer-vos que registamos as preocupações e procuraremos responder a elas o mais rapidamente possível.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Saudação à judoca Telma Monteiro), Teresa Coelho - Presidente da União das Freguesias da Caparica e Trafaria (apresentando Moção/Deliberação Habitação Social e Apoio às Famílias), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Em apoio e solidariedade com a Academia Música



Almada e com todas as escolas da rede de ensino especializado; Moção/Deliberação Contra a municipalização da educação e em defesa da Escola Pública; Moção/Saudação 8 de Março - Dia Internacional da Mulher), Carlos Revés (apresentando Moção/Deliberação Contra o processo em curso de privatização da Empresa Geral de Fomento), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Saúde, um direito de todos), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação Melhoria das condições para desenvolvimento da pesca - Cova do Vapor, Trafaria e Costa da Caparica), Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação Direito à informação Municipal), António Salgueiro (apresentando Moção/Deliberação Melhoria no Atendimento ao Cidadão), Paulo Sabino (apresentando Moção/Deliberação Pela instalação urgente do “Novo” Parque Infantil da Marisol), Nuno Avelar Pinheiro (apresentando Moção/Deliberação Homenagem a Humberto Delgado), Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação Academia de Música de Almada), Ana Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (apresentado Moção/Deliberação Sobre regime jurídico de transferência de competências para os Municípios), António Pedro Maco (apresentado Moção/Deliberação Por um turismo de excelência; Moção/Deliberação Repudiar a mutilação genital feminina; Moção/Deliberação Museu do Mar e do Pescador).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação “À judoca Telma Monteiro

A judoca almadense Telma Monteiro passou a partir do dia 11 de fevereiro a liderar o ranking mundial na categoria de -57kg, com um total de 2136 pontos.

Com um percurso na modalidade iniciado no Clube Construções Norte-Sul, sediado na freguesia de Feijó, conquistou a sua primeira medalha oficial no campeonato nacional de esperanças quando tinha 15 anos, sagrando-se no ano seguinte campeã nacional de juniores.

A nível internacional, a agora judoca do Sport Lisboa e Benfica, tem um currículo notável, do qual se destacam três presenças em Jogos Olímpicos (Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012), quatro títulos de vice-campeã do Mundo, uma medalha de bronze no Campeonato do Mundo, cinco títulos de Campeã da Europa, uma medalha de prata e quatro de bronze na mesma competição continental. De assinalar, ainda, diversas conquistas em Open`s, Masters, Taças da Europa e do Mundo, Grand



Slam e Grand Prix, provas de prestígio organizadas nos circuitos internacionais da modalidade.

Em 2016 realizam-se no Rio de Janeiro os XXXI Jogos Olímpicos de Verão e o Concelho de Almada como certamente todos os portugueses desejam que a caminhada desportiva da judoca Telma Monteiro encontre também no outro lado do Atlântico muitos êxitos desportivos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

- 1 - Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportista da judoca almadense Telma Monteiro, que muito tem prestigiado o Município de Almada onde é considerada referência desportista.
- 2 - Saudar a judoca Telma Monteiro pelos recentes resultados alcançados que a elevaram à liderança do ranking mundial da modalidade, que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses.”

7.1.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho - Presidente da União das Freguesias da Caparica e Trafaria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Habitação Social e Apoio às Famílias

As graves carências habitacionais existentes no País e a falta de recursos económicos da generalidade do povo português antes do 25 de Abril de 1974, conduziram muitos milhares de famílias a viverem em barracas.

Foi com Abril que o direito à habitação se consagrou na Constituição da República como uma responsabilidade do Estado Central, podendo promover em articulação com o Poder Local a construção de habitação económica e social e estabelecer um sistema de renda compatível com os rendimentos das famílias.

É neste contexto que é criado em 1993 o Plano Especial de Realojamento, PER, que a Câmara Municipal de Almada aderiu ativamente através de protocolo celebrado com o Governo Central.

A Câmara Municipal de Almada tem vindo a assumir publicamente a sua determinação em aplicar o Programa Especial de Realojamento (PER) mas também em encontrar novas formas de ajuda às famílias, nomeadamente através do fundo de emergência social, para que aqueles que, em consequência das políticas de austeridade impostas pelo governo, se encontram em risco de despejo possam ter algum apoio.



Cumprindo os compromissos eleitorais de ajuda às famílias em graves e dramáticas situações económicas - o Município de Almada procedeu, entre outros apoios sociais, em 2014, à entrega de 120 fogos a agregados familiares recenseados para realojamento.

Na procura de alternativas de apoio às famílias, a Câmara assumiu igualmente, estabelecer contactos com as entidades bancárias, para que as inúmeras habitações que estas possuem - devido à entrega para quitação de empréstimos, de muitas famílias postas perante a impossibilidade de cumprir os contratos de crédito à habitação- possam ser arrendadas e, conseqüentemente, utilizadas para realojamentos. Ao contrário e num tempo em que cresce o número de pobres em Portugal, que se continua a cortar nos apoios sociais, o Governo e a maioria que o apoia, que decretou o empobrecimento custe o que custar, aprova nova legislação que regula a renda apoiada, mantendo no essencial as injustiças nos critérios para apuramento dos rendimentos dos agregados familiares, impondo cláusulas que facilitam os despejos, empurrando os moradores dos bairros da sua responsabilidade (IRHU) para novas situações de precariedade no direito à habitação.

Apesar do estrangulamento financeiro imposto às Autarquias - o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, a introdução do famigerado FAM, a transferências de competências sem os adequados meios técnicos, humanos e financeiros - o Município de Almada fruto da gestão competente, rigorosa e séria, mas também humanista e solidária, está ao lado de quem sofre as conseqüências das políticas que empurram, de novo, as pessoas para níveis de pobreza que deviam envergonhar os governantes do País.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 e 27 de Fevereiro de 2015, delibera:

- 1 Saudar a Câmara Municipal de Almada pela entrega dos 120 fogos em 2014 e a sua determinação em prosseguir anualmente os realojamentos de famílias, contribuindo para devolver as condições indispensáveis à dignidade do ser humano, como é o direito à habitação.
- 2 Exigir ao Governo que assuma as suas responsabilidades constitucionais programando e executando uma política nacional de habitação, que garanta, de forma condigna, que todos tenham direito a um teto.



3 Manifestar total desacordo pela Lei do Governo, aprovada pela Assembleia da República sobre a Renda Apoiada, pela sobrecarga no rendimento das famílias e a promoção dos despejos.

4 Exigir ao governo um acompanhamento e apoio das famílias em situação emergência social ou risco, para que não cheguem à situação de despejo ou incapacidade de garantir o pagamento da habitação.”

7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.1.3.1 - Moção/Deliberação “Em apoio e solidariedade com a Academia Música Almada e com todas as escolas da rede de ensino especializado

Decorridos seis meses após o início do ano letivo, as 23 escolas do ensino artístico especializado receberam, em parte ou na totalidade, o financiamento a que tinham direito; entre estas escolas encontra-se a Academia de Música de Almada que, nestas circunstâncias, reiniciou a sua atividade.

Os contratos celebrados entre o Estado e instituições privadas para o ensino especializado da música foram financiados através do POPH - Programa Operacional Potencial Humano, programa do Fundo Social Europeu comunitário que terminou este ano. Ou seja, estabelecimentos de ensino prestadores de um serviço especializado que responde à exigência que a Lei de Bases do Sistema Educativo consigna mas que a Escola Pública não tem condições de garantir, foram colocados num esquema de financiamento que se sabia ser finito numa estratégia clara de desorçamentação.

Findo o quadro comunitário, seria expectável que o governo tivesse garantido uma transferência das responsabilidades orçamentais para um mecanismo mais estável. A verdade é que nada foi feito e apenas seis meses depois do início do ano letivo e só com a mobilização dos docentes, funcionários, alunas, alunos e familiares, foi possível organizar um amplo movimento de protesto que contribuiu para que o governo desbloqueasse as verbas indispensáveis para o normal funcionamento destas escolas.

O governo justificava os atrasos devido ao processo burocrático e à morosidade do visto do Tribunal de Contas; o Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d’Oliveira Martins, em entrevista à comunicação social, contrariou a justificação do governo, afirmando que não houve por parte deste a preparação do ano letivo, não existindo, assim, processos de candidatura devidamente formalizados.

Tendo sido lançadas, tardiamente, as candidaturas pedagógica e financeira, respetivamente, em Junho e Setembro de 2014, para as escolas da rede de Ensino



Artístico Especializado, originou que as escolas se vissem confrontadas com dívidas crónicas a fornecedores, às finanças e à segurança social o que não lhes permitia receber os normais reembolsos das candidaturas. Na prática todo o funcionamento destes estabelecimentos ficou posto em causa, acrescido do não pagamento ao pessoal docente e administrativo com vários salários em atraso e os alunos sem receber as bolsas de apoio devidas, num inaceitável desrespeito pelo trabalho e pelas pessoas envolvidas.

Exigem-se, por parte do governo, decisões urgentes que regularizem todos os financiamentos devidos às escolas, que sejam assumidas as dívidas destas escolas às finanças e segurança social, provocadas pelo atraso do governo no lançamento das candidaturas para permitir o início regular do próximo ano letivo, o que implica que, ainda neste primeiro trimestre, sejam iniciados os processos das candidaturas para o próximo ano letivo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26 de Fevereiro de 2015, delibera:

- Manifestar todo o apoio e solidariedade aos professores, funcionários e alunos da Academia de Música de Almada, assim como de todas as Escolas da Rede de Ensino Artístico;
- Saudar a importância das lutas desenvolvidas, que contribuíram para o desbloqueamento da situação;
- Reclamar do governo as decisões indispensáveis para o recebimento da totalidade do financiamento a que têm direito;
- Apelar para que o governo decida iniciar o lançamento no primeiro trimestre de 2015 dos processos de candidaturas para o ano letivo de 2015/2016.”

7.1.3.2 - Moção/Deliberação - “Contra a Municipalização da Educação e em defesa da Escola Pública

O Conselho de Ministros, em 15 de Janeiro de 2015, com total desprezo pelos pareceres negativos da Associação Nacional de Municípios e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, aprovou o regime jurídico de delegação de competências para os municípios e entidades intermunicipais nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura.

O processo de Municipalização da Educação tem estado em curso através da assinatura com diversos Municípios do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”.



Este é um processo rodeado de secretismo com a intenção de evitar que dele tenha conhecimento a comunidade educativa e em especial as professoras e os professores tentando que seja implementado sem contestação. Tal contrato assenta em pressupostos economicistas, de desresponsabilização do Estado relativamente a um setor essencial como é o da Educação.

Num perfeito engodo, as autarquias em dificuldades financeiras têm sido aliciadas com a transferência de verbas e com “coeficientes de eficiência” que configuram a atribuição de financiamento no valor de 13.594,71 euros/ano por cada docente que consigam «dispensar».

Todo este processo significa também uma grande ingerência na gestão dos estabelecimentos de ensino, ficando a autonomia dos mesmos ainda mais amordaçada. A transferência de verbas para as autarquias fará com que gestão passe a ser feita por estas. Essa gestão também passará a ser feita ao nível dos recursos humanos e técnicos.

No contrato está ainda previsto que 25% do currículo seja gerido localmente, sendo que isso implicará uma intromissão na definição dos mesmos, bem como na contratação ao nível local de recursos que assegurem esta percentagem do currículo.

Estamos num país onde as assimetrias são cada vez mais acentuadas, configurando essas assimetrias um crescendo de desigualdades de oportunidades e de acesso a uma educação de qualidade. A aposta desenfreada na privatização leva a financiamentos de escolas privadas e em paralelo ao empobrecimento da escola pública, aumentando os alunos por turma, reduzindo os currículos, despedindo professores e professoras e com a municipalização o Estado pretende, apenas, a sua desresponsabilização com a Educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade das prioridades para um país que se quer desenvolver.

Com a municipalização o estado pretende arredar-se da sua responsabilidade com a educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade para um país que se quer desenvolver e que está aliás consagrado. Com este processo, estaremos perante uma Educação em saldos e a retalho.

Tendo em consideração os prejuízos que a municipalização acarreta para a Educação no país, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26 de Fevereiro de 2015, delibera:

- Contestar o processo em curso em diversas autarquias do país e exigir a sua suspensão imediata;



- Recusar qualquer processo de Municipalização da Educação ao nível do Município de Almada;
- Solidarizar-se com a luta das professoras, dos professores e de toda a comunidade educativa contra a Municipalização do Ensino.”

7.1.3.3 - Moção/Saudação “8 de Março - Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de Março celebra-se o Dia Internacional da Mulher.

Neste dia, evocam-se e atualizam-se as lutas travadas por tantas e tantas mulheres em todo o mundo, ao longo de décadas, defendendo direitos laborais, direitos sociais, direito ao voto, direito à educação, direito à determinação, direito ao corpo, enfim, defendendo dignidade e conquistando direitos, tantas vezes perdendo a vida nesse processo.

Em 1910, Carla Zetkin sugeriu, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que o Dia 8 de março fosse considerado o Dia da Mulher. Desde então, este dia foi sendo celebrado em diversos países e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher.

Tantos anos após a primeira vez em que este dia foi celebrado, a sua pertinência mantém-se. Refira-se, por exemplo, que a taxa de alfabetização das mulheres no mundo continua a ser inferior à dos homens (80% por contraponto a 89% dos homens) ou que cerca de 700 milhões de mulheres casaram antes dos 18 anos de idade sendo que cerca de 1/3 destas mulheres casou com menos de quinze anos de idade (*in* <http://beijing20.unwomen.org/en>).

Em Portugal, as desigualdades são também bem patentes.

As mulheres auferem salários mais baixos que os homens: em média, ganham menos 18% de salário base (e menos 20.9% de salário médio), o que significa que precisam de trabalhar mais 65 dias por ano para ganharem o mesmo.

Cinco profissões são responsáveis por 37,3% do emprego feminino, sendo elas: trabalhadoras de limpeza, vendedoras em loja, empregadas de escritório, professoras dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário, trabalhadoras de cuidados pessoais nos serviços de saúde (Dados do Instituto Nacional de Estatística - INE). Por outro lado, os cargos de chefia continuam masculinizados, tendo, inclusivamente, a situação portuguesa piorado; apenas 6% dos membros dos conselhos de administração das empresas que em 2011 integravam o Psi20 eram mulheres, valor inferior em 7.7% à média da União Europeia.



As mulheres são mais afetadas pelo desemprego, continua a impor-se sobre elas uma dupla jornada de trabalho e a conciliação da vida familiar e profissional continua a ser encarada como uma responsabilidade que incumbe mais à mulher.

As mulheres continuam a ser vítimas de violência doméstica e a morrer às mãos dos seus companheiros; segundo dados da UMAR, em 2014, ocorreram 40 femicídios.

No que respeito à atividade política, a participação de mulheres tem ainda um longo caminho a percorrer. Vejamos, por exemplo, o resultado das eleições legislativas de 2011, onde a taxa de feminização foi de apenas 26,5%. Em 230 deputados/as eleitos/as, apenas 61 eram mulheres, sendo que a paridade total de registou apenas no Bloco de Esquerda, com metade do grupo parlamentar eleito constituído por mulheres.

O Dia 8 de Março é o Dia Internacional da Mulher.

O Dia 8 de Março é o dia de reconhecer e atualizar as lutas feministas.

O Dia 8 de Março é dia de homenagear o combate das mulheres que deram e dão vida a uma luta de classes.

O Dia 8 de Março é dia de recusar o silenciamento de género.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 26 de Fevereiro de 2015, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Mulher.”

7.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Contra o processo em curso de privatização da Empresa Geral de Fomento

No passado dia 18 de fevereiro foi revelado pelo presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), que aquela entidade tinha enviado às entidades que se constituíram como contrainteressadas no processo de privatização da EGF, o projeto de decisão sobre a passagem desta operação de concentração à fase de investigação aprofundada.

Esta decisão da AdC (que já antes do início da privatização tinha recomendado ao Governo que os 11 sistemas multimunicipais da EGF não fossem vendidos em bloco) fundamenta-se na sua preocupação da existência de uma possibilidade de a nova entidade ficar numa situação de vantagem concorrencial que lhe permita encerrar o mercado de resíduos urbanos em baixa, ao exercer pressão concorrencial sobre as



empresas rivais que as faça serem marginalizadas ou até mesmo expulsas do mercado.

Outra razão invocada pela AdC prende-se com o facto de se, por um lado, este tipo de concentrações verticais pode fazer descer preços e ter efeitos pró-concorrenciais, também pode haver situações em que, depois de eliminada a concorrência, a nova entidade ganha a capacidade, num momento subsequente, de fazer subir os preços. Complementarmente o regulador nota ainda que, dada a dupla condição das câmaras (acionistas em alta e clientes em baixa), é preciso olhar para o papel do município, ou seja, em que medida a posição monopolista em alta da entidade resultante da operação de concentração, enquanto parceira dos seus próprios clientes, poderá influenciar os municípios na escolha dos prestadores de serviços em baixa.

Estas preocupações da Autoridade da Concorrência vêm, apenas, confirmar as preocupações que os Municípios no geral, e Almada no particular, têm vindo a afirmar reiteradamente, consubstanciadas nas variadas tomadas de posição contra o processo de privatização da EGF tomadas por todo o país e, designadamente, nesta Assembleia Municipal, na profunda convicção que este processo atenta contra o interesse público, contra os municípios e contra as populações.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 26 de fevereiro de 2015, delibera:

1. Reiterar o profundo desacordo do Município de Almada com o processo em curso de privatização da EGF e, por esta via, de 51% do capital público da AMARSUL;
2. Solicitar à Autoridade da Concorrência que, no âmbito da fase de investigação aprofundada à privatização da EGF, considere ouvir os municípios por forma a que possam transmitir a sua posição em relação ao processo.”

7.1.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Saúde, um direito de todos

O direito à saúde constitui um direito fundamental de todos os Portugueses, consagrado na Constituição da República Portuguesa desde 1976.

O exercício pleno deste direito fundamental tem vindo, contudo, a ser fortemente condicionado, e o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde violentamente posto em causa, fruto de uma metódica execução pelo Governo da República de políticas que visam o definhamento, e mesmo a aniquilação total, do Serviço Nacional de



Saúde, sobre o qual repousa e deve repousar aquele direito constitucional inalienável do Povo Português.

São recorrentes as situações e incidentes de extrema gravidade ocorridos nas urgências hospitalares, situações inaceitáveis numa sociedade que se pretende moderna e evoluída em pleno século XXI, onde se incluem mortes de cidadãos verificadas por manifesta ausência de assistência médica adequada, resultado da escassez de recursos a que as políticas nacionais de saúde vêm condenando os serviços hospitalares.

No início do ano de 2015 morreram dois cidadãos nas urgências do Hospital Garcia de Orta. O frio e o surto gripal próprios desta época do ano, ao contrário do que tem sido invocado nas explicações oficiais como justificação para esta realidade, não foram de facto os seus motivos reais, nem se tratou de situações meramente pontuais.

Em 20 de fevereiro de 2014, há precisamente um ano, a Assembleia Municipal de Almada aprovou duas moções sobre esta mesma matéria. A fundamentação de uma delas começava assim: *“A frequência com que os doentes e seus familiares são confrontados nas longas horas de espera, para serem observados e tratados, nas urgências do Hospital Garcia de Orta, ao contrário do que é afirmado pelo governo, está longe de ser “situações pontuais.”*

Reafirmamos que na origem da sobrelotação do serviço de urgências do HGO estão, fundamentalmente, as que resultam das constantes “reorganizações” dos cuidados de saúde primários que conduziram à destruição de serviços de proximidade, encerramento de Serviços de Atendimento Permanente, horários de funcionamento dos centros de saúde desajustados das necessidades das populações”, fim de citação.

A situação vivida no início de 2015 parece reproduzida da registada em 2014 por um dos mais avançados sistemas de cópia da situação, tantas são as semelhanças das duas realidades vividas pelos Almadenses com 12 meses de intervalo. Sem que nada tenha sido feito pelo Governo da República para evitar a recorrência desta triste realidade, no mesmo quadro em que tem sido reiteradamente recusada a indispensável construção de um hospital no Concelho do Seixal.

As verdadeiras razões que determinam a cíclica ocorrência deste clima de caos radicam no subfinanciamento das instituições públicas de saúde - que nos últimos anos viram reduzir-se em 1,4 mil milhões de euros o investimento nesta área -, no encerramento, desarticulação e privatização de serviços, na violentação dos direitos dos profissionais de saúde, e na promoção de serviços de saúde prestados por



entidades privadas, financiadas por uma rede de seguros de saúde e pelos regimes convencionados em parte financiados pelo erário público.

O desinvestimento na prestação de cuidados de saúde primários é outra explicação para esta realidade. No nosso Concelho, dezenas de milhares de cidadãos não têm médico de família, contrariando de forma flagrante e inaceitável a lei, e contrariando as promessas - vãs - que anunciaram médico de família para todos os portugueses, os horários de funcionamento dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar encontram-se desadaptados relativamente às reais necessidades das populações, e procede-se ao encerramento puro e simples de unidades de saúde, como acontece na Trafaria.

Enquanto assistimos a tudo isto, como se não fosse já suficientemente negativo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, numa decisão totalmente surpreendente e sem precedentes, não considerou a abertura de qualquer vaga destinada às Unidades de Saúde localizadas nos Concelhos de Almada e do Seixal em recente concurso para a colocação de médicos de saúde familiar.

Esta opção incompreensível e inaceitável, ocorreu num quadro em que é do conhecimento público e geral que o agrupamento de centros de saúde que serve estes dois concelhos é atualmente um dos mais carenciados em termos de recursos humanos em toda a área, sendo simultaneamente o agrupamento de centros de saúde que mais médicos forma por ano em toda esta área.

Ao mesmo tempo, tomamos conhecimento de sucessivos pedidos de demissão de responsáveis pela gestão clínica de serviços hospitalares, que invariavelmente alegam o “agravamento das condições de trabalho” e o “risco do ato clínico nos serviços de urgência, atingindo um ponto crítico e inaceitável”, como aconteceu no caso, gravíssimo, dos sete Chefes do Serviço de Urgências do Hospital Garcia de Orta, que se mantêm, aliás, demissionários.

Estas demissões comprovam a falência das condições de atendimento e de trabalho dos profissionais de saúde, confirmando a razão dos sucessivos alertas que as populações e utentes, as autarquias locais e os próprios médicos vêm lançando publicamente ao longo de anos.

Estas demissões, e as circunstâncias de que se rodearam, comprovam igualmente a total incapacidade do Ministro da Saúde em dialogar com os parceiros, uma postura profundamente negativa que tem reiterado sucessivamente na sua atuação política pela sistemática recusa em responder de forma positiva aos múltiplos pedidos de



audiência que lhe foram já dirigidos pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Almada, do Seixal e da Península de Setúbal.

Face ao exposto, e considerando a absoluta necessidade de inverter o rumo das políticas de saúde prosseguidas pelo atual Governo da República, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

1. Reafirmar a necessidade de reforçar o Serviço Nacional de Saúde enquanto garantia universal do acesso aos Cuidados de Saúde, conforme determina a Constituição da República Portuguesa.
2. Expressar a sua veemente rejeição pelo prosseguimento de uma política que corporiza e traduz opções políticas e ideológicas totalmente desadequadas face às reais necessidades das populações, contrariando frontalmente o imperativo constitucional já referido.
3. Manifestar a urgente necessidade de inverter a atual política de desinvestimento e desumanização dos serviços de saúde prestados às populações do Concelho de Almada e da Península de Setúbal, que se vêm agravando de dia para dia por uma política desligada da realidade e das necessidades efetivas dos cidadãos.
4. Reafirmar a necessidade de reforço dos cuidados primários de saúde através da reposição integral dos horários de funcionamento dos centros de saúde e serviços de atendimento permanente, e reabertura das estruturas de proximidade encerradas, em particular do Centro de Saúde da Trafaria.
5. Expressar a sua solidariedade com a luta desenvolvida pelas populações e utentes dos concelhos de Almada e Seixal em defesa do Serviço Nacional de Saúde e da melhoria do serviço prestado pelo Hospital Garcia de Orta, reafirmando neste quadro a construção urgente de um hospital no concelho de Seixal, conforme compromisso assumido pelo Governo.”

7.1.6 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Melhoria das condições para desenvolvimento da pesca - Cova do Vapor, Trafaria e Costa da Caparica

Decorreu entre 23 de Dezembro de 2014 e 21 de Janeiro de 2015, o processo de consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental relativo ao projeto para melhoria das condições da “Zona de Abrigo para Embarcações de Pesca na Cova do Vapor”, da responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa.



A necessidade de requalificação desta zona de abrigo decorre das condições manifestamente desadequadas em que atualmente se processam as operações de pesca no local, reconhecendo-se a urgência de uma intervenção que potencie a melhoria e valorização dessa atividade económica tão importante, que representa o ganha-pão e a sobrevivência de muitas dezenas de famílias.

O reordenamento deste território tem vindo a ser recorrentemente apontado como imprescindível pela população residente na Cova do Vapor, em particular pelas comunidades piscatórias, e pelas autarquias locais - Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

As populações e os órgãos autárquicos vêm reivindicando, desde há longo tempo, a concretização de obras que garantam o desassoreamento da bacia de manobra, que impede atualmente a saída de embarcações na maré vazia, bem como a melhoria das condições para descarga do pescado e amarração de embarcações.

O projeto em apreciação integra a concretização de diferentes operações no território, destacando-se:

- Prolongamento do molhe de abrigo (60 metros);
- Execução de um esporão com perto de 30 metros de comprimento para retenção de areias;
- Execução de um terraplino ao longo da frente marginal a sul pavimentado com uma área de 3.200 m², destinado a caixas das redes e estacionamento em terra de embarcações de pesca com capacidade para 20 a 30 embarcações;
- Cais de apoio com sete metros de frente de acostagem, prevendo-se a possibilidade de vir a ser equipado com grua para a colocação e retirada das embarcações da água;
- Rampa de varadouro com 10 metros de largura e 44 metros de comprimento;
- Reacondicionamento de parte da praia do varadouro, atualmente existente, a qual continuará a servir embarcações de pesca e de recreio;
- Dragagem de toda a área abrigada de forma a garantir as necessidades das embarcações de pesca qualquer que seja a maré;
- Definição de duas áreas para a instalação de poitas de amarração para estacionamento das embarcações de pesca.

Na zona abrigada está prevista a instalação de 30 poitas que assegurarão a amarração de 60 embarcações em flutuação. No total, este projeto prevê disponibilizar



uma capacidade para 80 a 90 embarcações, quando atualmente esta área oferece apenas 30 a 35 pontos de amarração para embarcações de pesca e 17 pontos de amarração para embarcações de recreio, num total de 47 a 52 embarcações.

A concretização da obra anunciada proporcionará uma melhoria da situação atualmente vivida na Cova do Vapor a partir da execução deste projeto. Entende-se no entanto que a Administração do Porto de Lisboa deverá igualmente desenvolver um programa que vise o desenvolvimento do projeto de ampliação e beneficiação do “Núcleo de Apoio Náutico da Trafaria (incluindo fundeadouro, rampa e área de varadouro), que se encontra previsto no Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo, aprovado em 2010.

O território que será objeto de intervenção foi considerado pelo Município de Almada no Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, que determinou o estabelecimento dos termos de referência do Plano de Pormenor de São João da Caparica, aprovados em 2006. Embora se encontre ainda em desenvolvimento, este Plano de Pormenor aponta para a implantação na Cova do Vapor de um porto de pesca a que se associa igualmente um porto de recreio náutico.

A concretização desta infraestrutura há muito reclamada na Cova do Vapor, representará a introdução de elevados benefícios sociais e económicos para a comunidade piscatória local, bem como para a população da Cova do Vapor, da Trafaria, da Costa da Caparica, e ainda para a população do Concelho de Almada em geral, potenciando novas oportunidades para o desenvolvimento em melhores condições das atividades económicas associadas à atividade piscatória, à náutica de recreio e ao turismo local, num quadro de requalificação e valorização do território que importa sublinhar.

No documento da responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa colocado à discussão pública sobre este projeto, é entretanto referido o “Estudo de Mercado e de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira do Novo Terminal de Contentores de Lisboa”, um documento que aponta a Trafaria como opção mais favorável para a localização desta infraestrutura portuária.

Não se pode deixar de considerar, tal como foi reafirmado pela Câmara Municipal de Almada no seu parecer, que esta referência é totalmente desadequada e inaceitável.

Relembra-se as sucessivas tomadas de posição sobre esta matéria - populares, políticas e institucionais -, que recusam liminarmente a possibilidade de localização daquela infraestrutura na zona da Trafaria.



Sublinha-se, em particular, as múltiplas deliberações adotadas pelos diferentes órgãos autárquicos do nosso Município - Assembleias de Freguesia, Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal - e a posição unânime da população da Trafaria, que inequivocamente se pronunciaram contra a possibilidade daquela estrutura portuária poder vir a ser instalada nesta área do Concelho de Almada.

Entende-se que todas as referências a esta questão devem ser liminarmente eliminadas do Estudo de Impacto Ambiental relativo à “Zona de Abrigo para Embarcações de Pesca na Cova do Vapor”.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

1. Saudar e congratular-se pela iniciativa da Administração do Porto de Lisboa, há muito reivindicada e ansiada pela comunidade piscatória, pela população e pelas autarquias.
2. Saudar a população da Cova do Vapor, da Trafaria e da Costa da Caparica pela consagração de uma justa aspiração desde há longo tempo reivindicada.
3. Sublinhar que a atividade piscatória e a náutica de recreio constituem dois pilares significativos da economia local de Almada, que poderão beneficiar significativamente com a melhoria das condições de operação e laboração que esta infraestrutura passará a proporcionar, com particular destaque para a garantia de melhores condições de segurança para todos os envolvidos.
4. Reiterar a defesa das opções municipais ao nível do ordenamento e gestão do território para a área da Trafaria e Cova do Vapor, fundadas no aprofundamento das condições para um desenvolvimento económico assente na promoção e valorização das potencialidades turísticas e de lazer, bem como na atividade piscatória tradicional que aquele território encerra, a criação de postos de trabalho, opções consagradas em todos os instrumentos de gestão do território aprovados e eficazes, rejeitando liminarmente a possibilidade de vir a ser instalada na Trafaria qualquer infraestrutura destinada a terminal de contentores.”

7.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É recorrente nesta Assembleia, como tem sido proposta recorrente do Partido Social Democrata nos diversos órgãos autárquicos em relação áquilo que para nós deve ser uma informação municipal mais completa para que os cidadãos percebam, compreendam e tenham conhecimento daquilo que decorre do funcionamento dos



órgãos autárquicos. E os órgãos autárquicos não se compõem apenas por aquilo que são os Vereadores com Pelouros, bem como a Assembleia Municipal é também um órgão municipal autárquico relevante e central no funcionamento do nosso município. E nesse sentido já uns anos o PSD fez esta proposta nestes termos e houve um compromisso na altura e um acordo, digamos assim, de princípio com o então Presidente da Câmara e com o então Executivo que passaria por rever um conjunto de soluções de informação municipal que passaria por um lado pelo site municipal onde estaria à disposição a atividade de todos, sem exceção, Vereadores no Executivo, bem como passaria pela criação de um boletim da Assembleia Municipal para haver uma informação institucional daquilo que é o funcionamento das posições e as opiniões dos autarcas com assento nessa mesma Assembleia. Ora, passaram mais de dois anos e não só no site não houve as alterações que supostamente deveriam ter sido concretizadas, como também não se abriu o Boletim Municipal, como era a nossa proposta inicial, mas para além disso como era compromisso. O Boletim Municipal, neste caso o Boletim Municipal nunca viu nascer a luz do dia. E por isso voltamos à proposta que, parece-nos que é mais fácil, mais rápida e mais eficaz, de certeza, que é disponibilizar no Boletim Municipal um espaço onde seja mais claro, mais completo do ponto de vista da informação aquilo que é a atividade, as deliberações e as posições que os autarcas com representação no Executivo, seja na Assembleia Municipal, possam ter para garantir que passamos a ter aquilo que até ver e ao longo de muitos anos tem existido no Concelho de Almada que é uma forte aposta do ponto de vista de comunicação da autarquia para com os cidadãos, mas queremos que essa comunicação seja mais completa, mais abrangente, que envolva todos os autarcas sem exceção, porque não há autarcas de 1^a e de 2^a, há autarcas que representam por igual os cidadãos de Almada.”, assim:

Moção/Deliberação “Direito à informação Municipal

O concelho de Almada sempre pugnou por uma liberdade democrática nos seus órgãos eleitos localmente.

Nos tempos que correm, em que se assiste a um distanciamento entre eleitos e eleitores, urge que os partidos tenham acesso democraticamente a uma ferramenta de comunicação com os almadenses como é o boletim municipal.

O boletim municipal deve constituir um veículo de divulgação das atividades dos representantes nos diversos órgãos autárquicos



Tempos houve que o Executivo Municipal defendeu que a solução deveria passar por melhorias no site institucional da Autarquia e a criação do Boletim da Assembleia Municipal. Passados mais de 2 anos, nada se concretizou.

Nesse sentido a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de fevereiro delibera:

1. A Câmara Municipal deverá consagrar no boletim municipal um espaço a ocupar por todas as forças políticas eleitas e representadas democraticamente no Executivo bem como nesta Assembleia.”

7.1.8 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Melhoria no Atendimento ao Cidadão

1 - A Loja do Município funciona apenas de segunda-feira a sexta-feira das 9:00 às 18:00, apenas na cidade de Almada.

2 - Este horário não é compatível com as reais necessidades dos cidadãos, sobretudo daqueles que trabalham e estudam.

3 - Sendo admissível que a proximidade (física) dos cidadãos que trabalham e estudam no concelho não condiciona totalmente o seu acesso ao atendimento pela Loja do Município, porém, para quem trabalha e estuda fora do concelho, os horários praticados constituem uma limitação séria do seu acesso aos serviços autárquicos.

4 - Os Almadenses que trabalham e estudam fora do concelho - por ausência de alternativas - têm o direito de lhes ser proporcionado um serviço de atendimento autárquico de qualidade e adequado às necessidades da sua vida quotidiana.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Município de Almada, reunida em sessão ordinária de fevereiro de 2015, delibera:

1 - Que a Câmara Municipal de Almada alargue o período de funcionamento dos serviços de atendimento ao público na Loja do Município às manhãs de sábado e/ou uma vez por semana a um período pós-laboral.

2 - Que a Câmara Municipal de Almada coloque em funcionamento, em 2015, Lojas do Município nas freguesias Charneca da Caparica/Sobreda; Costa da Caparica; Caparica/Trafaria; e Laranjeiro/Feijó.”

7.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Pela instalação urgente do “Novo” Parque Infantil da Marisol



Conforme informação da Câmara Municipal de Almada (CMA), de 28/7/2014, o parque infantil da Marisol, situado na praça Manuel Fevereiro, na Charneca da Caparica, “... será desmantelado por não reunir as condições de segurança exigidas para o seu funcionamento ...” e “...Para o mesmo local prevê-se a instalação de um novo parque infantil, cumprindo os requisitos de segurança e acessibilidade previstos pelo Decreto-lei 119/2009...”

O desmantelamento do parque ocorreu, de facto, uns dias depois, em 4/8/2014.

Decorridos quase sete meses após o desmantelamento, verifica-se que o “novo” parque infantil continua por instalar, num claro prejuízo para os moradores e em desrespeito pelos direitos das crianças.

Ao desmantelamento sucedeu o silêncio de quem tem por obrigação informar:

- a CMA tem-se demitido do seu dever de prestar informação aos moradores sobre as condições e prazo de execução do “novo” parque infantil.

De sublinhar que este era o único parque infantil existente na zona!

Em consequência, a situação atual é esta:

- O espaço antes ocupado pelo parque infantil apresenta sinais preocupantes de degradação e, de acordo com moradores, serve de lixeira e parque de canídeos!

Sendo verdade que, em conformidade com a Lei 75/2013, art.º 16º, compete às juntas de freguesia “gerir e manter parques infantis públicos”, o desmantelamento do parque infantil da Marisol ocorreu antes da efetiva delegação de competências na Junta de Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda, ao que acresce que a CMA não se pode demitir de responsabilidades que permanecem suas!

Importa ainda recordar que a instalação do novo parque infantil foi prometida pela CMA em Julho de 2014!

É irrelevante para os cidadãos que a instalação seja concretizada pela CMA ou pela Junta de Freguesia: o importante é que a promessa seja cumprida: que não seja mais “uma promessa” a ficar no papel ...

Tendo presente o exposto, a Assembleia Municipal do Município de Almada, reunida em sessão ordinária de Fevereiro de 2015, delibera:

- 1 - Que o executivo municipal promova - por sua iniciativa ou em articulação com a Junta de Freguesia - a instalação do “novo” parque infantil da Marisol no mais curto de espaço possível.



2 - Que, durante a 1ª quinzena do mês de Março de 2015, a CMA - ou a Junta de Freguesia - informe os moradores da Marisol sobre a data do início e da conclusão dos trabalhos de instalação do “novo” parque infantil.”

7.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Homenagem a Humberto Delgado

Obviamente recordamos...

Obviamente não esquecemos aquele que foi assassinado no 13 de Fevereiro de 1965 (fez agora 50 anos);

Também não esquecemos os seus assassinos e quem os mandou;

Obviamente não esquecemos aquele dia 10 de Maio de 1958, em que declarou:

“Obviamente demito-o” dando força à vaga de liberdade que varreu Portugal na Primavera de 1958;

Obviamente não esquecemos que foi a partir do seu comício na Academia Almadense a, 29 de Maio, que se conseguiu a união da Oposição Democrática;

Obviamente não esquecemos a coragem de um Homem sem Medo...

Obviamente que a Assembleia Municipal de Almada não esquece e presta homenagem a Humberto Delgado, um daqueles a quem devemos a liberdade.”

7.1.11 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Academia de Música de Almada

A promoção do ensino artístico especializado é assegurada em grande parte por escolas do Ensino Particular e Cooperativo, como a Academia de Música de Almada, que, anualmente, celebram com o Estado contratos de patrocínio ou protocolos de cofinanciamento público através dos Fundos Comunitários, estando a transferência do financiamento dependente do visto prévio do Tribunal de Contas, de acordo com a Lei de organização e processo do Tribunal de Contas.

No presente ano letivo, a regularidade deste procedimento foi totalmente preterida pela inoperância do Ministério da Educação e Ciência que, não só remeteu para o Tribunal de Contas os contratos e protocolos celebrados com um atraso considerável, como ainda os instruiu com incorreções e insuficiências, do que resultou a devolução dos processos.



Esta situação impediu, desde o início do presente ano letivo e até muito recentemente, a transferência de verbas para as escolas e, conseqüentemente, tornou a continuidade da sua atividade, em muitos casos, inviável.

Exemplo claro desta situação é o da Academia de Música de Almada, que foi obrigada a suspender temporariamente a sua atividade por impossibilidade de cumprimento das suas obrigações contratuais, resultante do incumprimento por parte do Estado.

Consciente desta situação, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 26 de fevereiro de 2015, delibera:

- Saudar a Academia de Música de Almada e congratular-se com a sua manutenção em atividade, ao serviço dos alunos de Almada e suas famílias;
- Lamentar a incompetência e falta de profissionalismo com que os serviços do Ministério da Educação conduziram todo este processo;
- Exigir que, de futuro, sejam adotadas, pelo Ministério da Educação e Ciência, novas normas e procedimentos, por forma a garantir um financiamento atempado e suficiente da Academia de Música de Almada, garantindo o ensino especializado da música às crianças e jovens do Concelho de Almada que o desejem frequentar.”

7.1.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Sobre regime jurídico de transferência de competências para os Municípios

O Governo da República fez aprovar, no passado dia 15 de janeiro, o diploma legal que estabelece o regime jurídico de delegação de competências para os Municípios em áreas tão sensíveis e importantes como a ação social, a saúde, o ensino e a cultura, o qual entrou em vigor na letra do Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, publicado no Diário da República.

Considerando a gravidade das conseqüências que aquele diploma legal representará para as autarquias locais, e considerando igualmente que se mantém absolutamente atual a tomada de posição assumida pela Câmara Municipal de Almada sobre esta matéria através do texto que aqui se reproduz na íntegra:

“O Governo aprovou, na reunião de Conselho de Ministros do passado dia 15 de janeiro, o regime jurídico de transferência de competências para os Municípios nas áreas sociais da saúde, do ensino e da cultura.



Fê-lo apesar dos pareceres negativos dos Municípios e da sua Associação Nacional (ANMP), auscultados no âmbito de um processo que, como a própria ANMP refere, não representou mais que o cumprimento de uma formalidade, desprovido, até pelos prazos em que decorreu, de qualquer sentido substancial ou de qualquer vontade de construção de uma solução que não aquela que, pela mão do governo, se encontrava já gizada.

Mais, fê-lo sem explicações que permitissem entender o sentido do regime proposto, sem estudos que o sustentassem e sem um mínimo de fundamentação capaz de permitir, por exemplo, compreender a escolha das áreas abrangidas, das soluções preconizadas ou dos critérios aptos a garantir as indispensáveis uniformidade e universalidade territoriais na construção do processo e na afetação de recursos.

Fê-lo, em suma, sobre a ausência de todos os elementos cuja presença a própria Lei nº 75/2013 impõe.

A Câmara Municipal de Almada considera que um processo de descentralização de competências, este só o será realmente se for ponderado, amplamente consensualizado, territorialmente equilibrado, apto a contribuir para um modelo global de aproximação da administração às necessidades e aspirações das populações, acompanhado da afetação dos recursos materiais e humanos adequados.

Associamo-lo a um processo de implementação das regiões administrativas, capaz de promover a criação de uma estrutura governativa intermédia, dotada de competências amplas, harmonizadora de políticas e recursos.

Consideramos que, em Portugal, a ausência de um poder regional tem dificultado a existência de uma política verdadeiramente descentralizadora e de complementaridade.

Podemos referir como exemplo o processo de delegação de competências nos municípios, por via da contratualização, iniciado em 2008, que longe de traduzir uma orientação de descentralização, veio impor um processo forçado de transferência de encargos, subordinando as autarquias a meros executores das políticas definidas pela administração central, desrespeitando o princípio da autonomia do poder local, e desaproveitando as reais possibilidades que o princípio da subsidiariedade comporta.

Estaremos disponíveis para abordar um processo de descentralização num momento em que aos municípios sejam asseguradas as condições reais de prossecução das suas competências próprias historicamente consolidadas, quando a contratação de trabalhadores e a organização dos serviços municipais, não sejam objeto de cerceamentos injustificados. Quando a realização de despesa não se encontre limitada



para lá do que a gestão financeira imporia ou a autonomia do Poder Local Democrático permite.

A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assumira como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos predefinidos.

Condições e objetivos que, uma vez admitidos, desde logo nestas condições, configurariam uma subordinação a interesses, estratégias e políticas estranhas às próprias autarquias e à sua matriz, e que, associados à opção governativa de implementação deste processo através de “projetos-piloto”, reforçando a ideia de um país a várias velocidades, por si só justificariam o parecer negativo que a ANMP deu à proposta de lei apresentada.

Abordar este tema num quadro não negocial, limitando a participação dos Municípios e da sua Associação Nacional a uma formalidade de pouco relevo, despida de qualquer substancialidade, indiferente para a conclusão do processo, constitui um contributo para a erosão de espaços de diálogo, de confronto de ideias, de realidades e opiniões.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Almada, reunida em Reunião Ordinária em 4 de fevereiro de 2015, manifesta:

- 1. O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de transferência de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015.*
- 2. A necessidade desse regime jurídico resultar de um processo de discussão e de um quadro de consensualização, desde logo no plano municipal, capaz de reconhecer as especificidades locais e de integrá-las num todo nacional que, atentas as matérias em causa, consiga responder à necessidade de desenvolvimento do país, minorando discrepâncias, diferenças e desigualdades.*



3. O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios Portugueses e ao Poder Local Democrático.

4. A necessidade de promoção de uma discussão ampla, no quadro autárquico, relativamente às matérias em causa, com respeito pelos órgãos municipais e pelo princípio constitucional da autonomia municipal.

A presente tomada de posição, uma vez aprovada, deverá ser remetida aos órgãos de comunicação social, a todos os Municípios, à ANMP, aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, às instituições sociais, ao ACES Almada-Seixal, ao Governo e às Juntas de Freguesia do Concelho”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

1. Apoiar e subscrever integralmente a posição assumida pela Câmara Municipal de Almada acima reproduzida, reiterando a rejeição da imposição pelo Governo da República de um regime jurídico de delegação de competências nos Municípios contrário aos legítimos interesses das populações que os órgãos do Poder Local Democrático representa, nos exatos termos e conteúdo da moção aprovada pela Câmara Municipal no sua Reunião Pública de 4 de fevereiro passado.”

7.1.13 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.1.13.1 - Moção/Deliberação - “Por um turismo de excelência

É reconhecido o esforço e o empenho que Portugal tem dado ao sector do Turismo com o objetivo de promover o país, promover as paisagens, os lugares, as aldeias, as vilas e cidades, promover a história, costumes e tradições ajudando a exportar a imagem de Portugal no estrangeiro importando turistas, visitantes e investidores.

Segundo as estatísticas referentes ao ano transato Portugal viu crescer em número significativo a quantidade de turistas que entraram no país, procurando o acolhimento sempre característico da sua hospitalidade e das variadíssimas ofertas que de norte a sul estão ao dispor de quem nos visita.

A evolução positiva e o incremento de medidas e políticas que apostem numa verdadeira promoção e divulgação da oferta do país levando ao crescimento do sector que engloba hotelaria, gastronomia e restauração, cultura, história, viagens, arte e espetáculo, é bem o resultado da articulação entre os vários agentes que viram a gestão dos instrumentos necessários à prossecução dos seus fins disponibilizados



pelas entidades competentes e que zelam pela promoção e investimento no turismo em Portugal, reforçados consideravelmente.

Os números falam por si e não enganam; as unidades hoteleiras registaram em termos de hóspedes um total de 12,8 milhões, originando 37,5 milhões de dormidas levando a um aumento de +10,6% (+3,6 milhões) comparando com o ano de 2013.

Esse número consubstanciado em termos de receitas e proveitos atingiram um brilhante valor de 1,8 mil milhões de € no país, refletindo um acréscimo de 12,4% o que é bastante significativo para um sector cada vez mais importante e estratégico para Portugal.

O sector está em avançado crescimento e recomenda-se sendo a tendência para 2015 evolutiva.

A Promoção de Portugal internacionalmente deve ser uma estratégia prioritária onde devem convergir esforços e investimentos entre estado e autarquias e demais entidades promotoras dos mais variados quadrantes e sectores que o turismo e o lazer podem proporcionar a ganhar melhorando a imagem do país e a competitividade tendo em conta os considerados maiores destinos mundiais de turismo. Almada não é exceção. Exemplo disso, é o 3º lugar alcançado no que se refere ao número de dormidas no concelho em 2014, ficando apenas atrás de dois bastiões do sector como Lisboa e Cascais (1º lugar na Península de Setúbal), resultado esse, que abre boas perspectivas para que se possa continuar a apostar e a investir de forma planeada e estruturada numa maior atratividade e promoção do concelho não só internacionalmente, como também no turismo interno.

Para tal é necessário ter em conta as características privilegiadas que Almada auferem no contexto da grande região de Lisboa e Península de Setúbal com a proximidade da capital, a sua paisagem e natureza onde se inclui o rio, o mar, a floresta e a densa fauna terrestre e marítima, as suas tradições e costumes das localidades que compõem o concelho, a sua história e património material e imaterial e o seu folclore, devem ser mais-valias potenciadoras de uma oferta de local que fidelize visitantes e ajude na promoção e criação de emprego e na dinamização da economia local.

Uma verdadeira estratégia local de promoção do turismo deve ter em conta a maximização e a convergência de esforços e planeamento conjunto entre as entidades geradoras de mais-valias, tornando o investimento e a aposta no sector uma prioridade em Almada.



Valorizar e apostar nas pessoas, dinamizar o comércio e a oferta local, reabilitar e promover o espaço público e incentivar investimento deve ser ambição e horizonte da autarquia na rentabilização dos recursos disponíveis envolvendo a comunidade local promovendo a excelência preço por quem nos visita.

Desta feita, considerando que Almada reúne todas as características para se tornar num dos polos turísticos e de lazer mais atrativos da Europa, e considerando ainda que para tal o reforço no investimento e a aposta no sector deve ser prioritário e fazer parte dos planos do município para as próximas décadas, a Assembleia Municipal de Almada reunida na localidade de Almada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

- 1 - Reconhecer e aclamar o esforço e empenho por parte da Secretaria de Estado do Turismo, do Turismo de Portugal, de promotores, de empresas e trabalhadores do sector, das autarquias e demais agentes e entidades que em conjunto têm contribuído significativamente para a promoção e investimento do Turismo em Portugal nos últimos anos.
- 2 - Saudar o Município pela obtenção do 3º lugar no que respeita a dormidas na região de Lisboa fazendo votos que a mesma estimativa se repita no presente ano.
- 3 - Incentivar a Câmara Municipal e a Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo a reforçar o investimento na promoção e na aposta do turismo e lazer tirando partido da situação geográfica e privilegiada do Concelho e da Região com o objetivo de potenciar um Turismo de excelência.”

7.1.13.2 - Moção/Deliberação “Repudiar a mutilação genital feminina

Em virtude de mais uma celebração do Dia Internacional da Mulher no próximo dia 8 de Março, dia esse que relembrará à sociedade o equilíbrio de género entre homens e mulheres nunca é demais trazer à discussão uma temática que em génese contraria todos os direitos adquiridos quer à mulher na sua condição feminina quer os próprios direitos humanos e o direito à inviolabilidade da sua integridade física.

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma problemática grave que se estima ter afetado cerca de 140 milhões de mulheres das quais três milhões são meninas.

Em princípio, vem-se se à ideia que MGF é uma problemática oriunda de países pobres e subdesenvolvidos como muitos em África, por exemplo, mas, ao contrário do que se pensa, está também presente na realidade Europeia, onde se estima que vivam cerca de 500 mil mulheres afetadas por uma mutilação genital que todos os anos fere a dignidade da mulher e de muitas crianças.



A par de ser uma questão cultural mantida em cerca de 30 países africanos, esta situação assume também uma importância religiosa, o que confere uma especificidade que, por vezes, torna esta temática muito complexa e de contornos delicados na tentativa que a mesma possa ser abolida.

A persistência da mutilação genital é uma causa multifatorial de onde se podem destacar razões sociais, estéticas, religiosas, sexuais e mesmo económica.

O mesmo atentado aos direitos humanos via MGF assume também no nosso concelho uma importância reforçada, dada a multiculturalidade existente, nomeadamente entre povos onde essa prática é tão comum e banalizada num ritual tradicional. Cabe pois, aos decisores políticos implementar as medidas de prevenção/informação necessárias para que desta forma, se possam sensibilizar as respetivas comunidades para a barbárie cometida contra crianças e jovens.

Em Portugal a mutilação genital feminina acaba por ser crime à luz da lei, em virtude de se consubstanciar numa ofensa à integridade física grave, tal como observa o artigo 144º do Código Penal, tendo uma pena aplicável de prisão de dois a dez anos estando mesmo já em fase avançada de discussão propostas apresentadas pelos partidos na assembleia da república para que a MGF tenha um enquadramento legal específico passando a ser muito mais que um mero crime de atentado à integridade física.

Até a sua conclusão, é fundamental que as entidades e autoridades competentes estejam atentas e saibam agir em conformidade na identificação de novos casos que ponham em risco a saúde e a vida das mulheres através de crimes que vão contra os mais elementares valores e dignidade no que toca à personalidade jurídica da pessoa.

Em sua consideração, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2015, vem desta forma, repudiar veemente as práticas de Mutilação Genital Feminina contra mulheres e meninas.”

7.1.13.3 - Moção/Deliberação - “Museu do Mar e do Pescador

Tendo em conta que a pesca é desde sempre para o concelho de Almada um sector e uma atividade significativa para as populações e famílias que vivem e que passaram pela Costa da Caparica, Trafaria, e Fonte da Telha, nunca é demais lembrar não só a fonte de riqueza e de rentabilidade que durante séculos se extraiu do mar da nossa costa, como a bravura dos muitos homens que ao longo dos tempos de geração em



geração arriscaram muitas das vezes com a sua própria vida, o sustento das suas famílias e o provimento das mesas e negócio de muitos outros.

Nas localidades e zonas de Almada onde se praticou e se continua a praticar a atividade da pesca, contam-se e enfatizam-se histórias, recordam-se tradições, lembram-se amigos e parentes que partiram e não voltaram do mar, enaltecem-se feitos e aventuras que a mãe natureza proporcionou num arriscado e por vezes mortal bailado entre as ondas e os pequenos e modestos barcos movidos pela força dos braços dos pescadores, o frio das noites geladas ou a pele queimada do sol, e as caldeiradas improvisadas em alto-mar para matar a fome.

Amanham-se redes, puxam-se as mesmas à mão, ao trator, com animais, olha-se e lê-se no céu, ouvem-se as marés e aguardam-se as nortadas.

Famílias inteiras trazem histórias de longe, de Aveiro, de Ílhavo, do Algarve e de lugares longínquos onde o mar era o seu destino, o sustento e abono do lar.

Na Costa da Caparica, fez-se escola, aprendeu-se a navegar o mar, a trilhar as ondas e a enfrentar oceanos, aprendeu-se a estender as redes e a reparar os barcos, calçam-se as longas e resistentes botas e veste-se a camisa de flanela ao xadrez.

Escola de navegantes e escola de vida, fizeram dos pescadores da Costa da Caparica homens e mulheres que experimentaram as dificuldades da vida, mas que nunca virando as costas à luta, fazem chegar até hoje as memórias e recordações de um passado que se viverá sempre no futuro.

Choros de mães, alegrias de netos, de geração em geração, os pescadores vão transmitindo a sua nobre e arriscada arte onde se podem encontrar o melhor do Homem e o pior da Natureza.

A linguagem própria, as vestes, os barcos, o pescado, as redes, as memórias, a famosa Arte Xávega, a tradicional e tão característica venda em lota, os bairros de pescadores, as caldeiradas, os retratos a preto-e-branco em grupo, as tabernas depois da faina e todo o legado que ao longo dos anos os homens da pesca nos deixaram para memória futura, devem ser preservados e mostrados ao mundo.

A pesca continua nos dias de hoje a ter um papel essencial no concelho de Almada continuando a ser o sustento de muitas casas e a abastecer em larga escala as famílias do concelho e da grande Lisboa.

Assim sendo, é fundamental que essa tradição e costumes não só não sejam apagados e esquecidos pelo tempo, como devam ser mesmo promovidos, divulgados



e preservados para que as gerações futuras possam orgulhar-se das suas tradições e costumes locais.

Tendo em conta os considerandos acima descritos a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2015 na localidade de Almada delibera:

- 1 - Reconhecer a importância que o sector da pesca tem para o concelho em termos estratégicos e económicos na promoção e no incentivo à continuidade da atividade nomeadamente junto dos mais novos.
- 2 - Homenagear e recordar quer os que partiram quer todos aqueles que diariamente enfrentam o mar para contribuir para o sustento das suas famílias e para a manutenção da atividade.
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal o estudo de criação no Concelho de Almada do Museu do Mar e do Pescador tendo em conta a sua importância histórica, turística e interpretação.
- 4 - Reafirmar a importância da pesca com “Arte Xávega” ao nível da atividade económica e enquanto expressão cultural na Costa da Caparica, e no Concelho de Almada em geral, relevando o grande interesse com que encara a proposta de interligação desta prática ancestral no Inventário do Património Cultural Imaterial, recentemente aprovada pela Câmara Municipal de Almada.”

7.2 - Fez-se uma interrupção nos trabalhos, a solicitação do Grupo Municipal do PSD.

7.3 - Retomaram-se os trabalhos com o debate dos documentos apresentados.

7.4 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Luísa Ramos, João Geraldês, Carlos Guedes, Nuno Matias, António Pedro Maco, Sérgio Bastos, Pedro Oliveira, Ana Catarina Mendes, Pedro Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por uma questão de economia de tempo não nos vamos referir a todas as Moções uma por uma, aquelas que não foram referidas é porque não suscitam reparos da nossa parte e vamo-nos concentrar em apenas alguns casos concretos.

Cabe a mim falar sobre os dois textos apresentados, um pelo Bloco e outro pela CDU, relativos a delegação de competências municipais.

Nós estamos neste momento perante um processo e transferência de competências para os municípios na área da educação, que é marcado por um conjunto de aspetos de extrema gravidade e extremamente negativos. É um processo desenvolvido em



grande secretismo em que há equipas negociadoras da parte do Ministério da Educação e dos Municípios que trabalham caso a caso em situações pontuais, sem que nada transpire para o exterior e sem que haja um acompanhamento global dos processos em curso.

Assinalar também a total marginalização da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. A Associação Nacional dos Municípios Portugueses não foi chamada ao processo, não se pronunciou sobre o processo e manifestou publicamente o seu afastamento relativamente ao processo. Num momento também em que do ponto de vista do emprego docente vivemos situações de extrema gravidade, eu refiro que neste momento está a concluir-se o processo de requalificação dos docentes que apesar de no fundo já é público ir abranger apenas um número reduzido de docentes, não deixa de ter um significado extremamente grave, porque ao invés de utilizar os recursos disponíveis para prosseguir os objetivos que devem ser os objetivos do serviço público de educação, de promoção da equidade na educação, da promoção do sucesso, a opção é dispensar Professores, envia-los para um sistema que nalguns casos vai conduzir ao desemprego e noutros casos a uma redução muito significativa do vencimento. Portanto, não achamos aceitável que neste contexto se favoreça a dispensa de docentes e se premeie a dispensa de docentes pelos municípios com atribuição de verbas adicionais.

Finalmente, achamos que é muito grave perspetivar-se a possibilidade de municipalizar 25% do currículo. O Estado Democrático não se pode eximir das suas funções de regulador e não pode permitir que os alunos no território nacional possam ter currículos muito diferentes e eventualmente com repercussões negativas nalguns casos no seu futuro escolar e profissional. E portanto, nós achamos que este processo é um processo iníquo, um processo condenável, um processo que deve ser denunciado. E é por isso que ficamos de facto, sentimos de facto a impossibilidade de não poder votar a favor destas Moções. Não podemos votar a favor destas Moções por uma razão muito simples, num caso mistura-se este processo com o processo que desenvolveu anteriormente a partir de 2008. Foi um processo que não teve nenhum dos aspetos negativos que eu referi, foi um processo que envolveu dezenas de municípios por todo o território, municípios dirigidos por Presidentes de todas as forças políticas. E portanto, estamos perante realidades completamente diferentes, é legítimo que haja forças políticas que sejam contra qualquer descentralização, nós respeitamos isso, não



é a posição do Partido Socialista. Agora, não achamos aceitável é que se misturem processos que não são minimamente semelhantes.

No caso da outra Moção do Bloco de Esquerda, nós verificamos que dos três pontos resolutivos, há um que não podemos acompanhar, pela razão que já explicitiei, nós somos contra este processo de transferência de competências, mas não rejeitamos qualquer processo de transferência de competências. E portanto se o Bloco de Esquerda aceitar votar ponto por ponto os três pontos resolutivos, nós votaremos a favor do primeiro e do terceiro e não o faremos relativamente ao segundo.”

7.4.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vamos também falar sobre aquelas que não estamos de acordo e vou dividir o tempo com o meu Camarada João Geraldês e vou falar neste momento sobre a Moção do Bloco de Esquerda contra a municipalização da educação e em defesa da escola pública, que vamos apoiar, naturalmente. Mas solicitamos a seguinte alteração da parte deliberativa, no primeiro ponto onde diz “contestar o processo em curso”, nós propomos que seja da seguinte forma “contestar o processo em curso de municipalização da educação e exigir a sua suspensão imediata”. Entendemos que este processo de municipalização apesar de ser numa primeira fase só para algumas autarquias, receamos que depois desta primeira fase seja extensível a todas as outras e portanto propomos esta alteração.

Na parte final onde diz que nos solidarizamos com a luta, estamos de acordo, mas gostaríamos de incluir aqui outras forças do movimento sindical que não sendo representantes dos Professores e da comunidade educativa têm desenvolvido um processo de denúncia e de oposição a este processo de transferência de competências e por isso sugerimos que a seguir a comunidade educativa, assim como a do movimento sindical.

Relativamente às propostas do PSD, sobre a instalação urgente do novo Parque Infantil da Marisol, nós não temos grandes detalhes da situação, mas o que sabemos é que a Câmara não está parada sobre esta realidade e portanto sabemos que os Srs. Deputados acreditam com certeza que não vivemos fora do Concelho, vivemos no Concelho, nós próprios falamos com pessoas, nós próprios sabemos muitas das aspirações que as pessoas têm, que os munícipes têm e portanto naturalmente ainda que saibam que o processo não está parado, sim senhor, vamos votar a favor desta Moção.



Depois a Moção sobre o direito à informação municipal completa. É uma discussão antiga e nós não mudamos de opinião e não mudamos de opinião e reafirmamos os nossos argumentos. O Boletim Municipal não é propriamente o espaço onde se esgrimem propostas concretas e alternativas. O Boletim Municipal tem como objetivo informar da atividade municipal, seja dos Vereadores, seja dos Serviços. Encaramos isto como um presta contas e não de facto o dar a conhecer as várias propostas das várias forças políticas representadas. Por outro lado e o Sr. Deputado Nuno Matias afirmou e é verdade, existe o tal sítio para os Srs. Vereadores todos, incluindo as outras forças de todas as forças políticas representadas, podem utilizar este sítio da Câmara para darem a conhecer se quiserem, se assim o entenderem. Até hoje isso não foi utilizado e portanto a responsabilidade é de quem não utiliza os mecanismos que tem para dar a conhecer as suas propostas ou as suas opiniões. A mesma coisa relativamente à questão da Assembleia Municipal. Aliás, eu creio que foi unânime, eu digo creio que foi unânime, porque não tenho a certeza se o Sr. Deputado Nuno Matias ainda lá estava na reunião de Representantes, mas enfim. Nós decidimos na reunião de Representantes reativar, pôr em funcionamento aqui que também já está decidido e que por várias, seguramente vários problemas, ainda não o fizemos, que foi reativar o sítio da Assembleia Municipal, onde cada grupo representado na Assembleia Municipal pode, se o entender, também utilizar esse espaço da internet, para dar a conhecer as suas opiniões, as suas propostas, o que foi aprovado, dentro do espírito de cada grupo municipal e cada Sr. Deputado Municipal entenda dever fazer. Portanto, resumindo nós continuamos a não concordar que o Boletim Municipal, aliás eu conheço muitos Boletins Municipais, eu não conheço nem do Partido Socialista, aqui por exemplo a Câmara do Montijo, nem nenhum Município do PSD, que os Vereadores que não tenham Pelouro estejam a pôr as suas propostas no Boletim Municipal. Pensava eu que isto era uma coisa, enfim, pacífica no sentido de uma prática em todos os Municípios e portanto sobre isto nós não acompanhamos e vamos votar contra.

Relativamente à melhoria do atendimento do cidadão, também no seguimento daquilo que nós analisámos no terreno, aliás houve tempos em que ao sábado de manhã havia abertura desta loja e a loja de munícipe fechou exatamente porque não tinha movimento que justificasse e portanto nós entendemos que não chega ao nosso conhecimento, pelos contatos que temos com os utentes destes espaços e com muita gente que nós falamos nas nossas Freguesias, enfim e nosso relacionamento com os



Munícipes, nunca nos chegou a necessidade de abrir estes espaços desta forma que aqui é proposto.

Por outro lado a manutenção das onze Juntas de Freguesia que a CDU fez questão de manter e continua a prestar serviços aos munícipes e aos fregueses, é revelador de que não é necessário abrir espaços específicos nas respetivas freguesias e portanto também não votaremos a favor desta Moção.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para me pronunciar sobre o sentido de voto das Moções apresentadas pelo CDS-PP. Relativamente à Moção sobre a mutilação genital feminina, vamos votar a favor. Relativamente à outras gostaríamos de apresentar propostas de alteração em alguns pontos, e passaria a referir. Relativamente à Moção por um turismo de excelência, no ponto três da parte deliberativa, queríamos propor ao CDS-PP que pudesse incluir um incentivo à Câmara Municipal. Sim senhor, estamos de acordo, mas incluir também a Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, na qual nós participamos ativamente e que também tem um papel fundamental neste processo. E o que significaria se for aceite que a situação geográfica utilizada do Concelho e da Região, acrescentar também e da Região neste mesmo ponto três.

Relativamente à Moção sobre o Museu do Mar e do Pescador, gostaríamos de propor ao CDS-PP uma alteração no ponto 3 da parte deliberativa e um novo ponto, um ponto 4. A alteração tem a ver com o recomendar à Câmara Municipal o estudo da instalação no Concelho do Museu do Mar e do Pescador e o ponto 4, nós temos uma redação e vou ler para que todos fiquem a conhecer que seria “reafirmar a importância da Pesca com Arte Xávega ao nível da atividade económica e enquanto expressão cultural na Costa da Caparica e no Concelho de Almada em geral, relevando o grande interesse com que encara a proposta de integração desta prática ancestral no inventário do Património Cultural e Imaterial, recentemente aprovada pela Câmara Municipal de Almada”. Esta proposta tem a ver com o facto de nos considerandos da Moção do CDS se falar na Arte Xávega, mas depois na parte deliberativa não haver qualquer referência a esta arte da pesca tradicional na Costa da Caparica e na Fonte da Telha.

Portanto, estas são as questões que gostaríamos de deixar à consideração do CDS-PP, se forem aceites a CDU votará a favor dos dois documentos.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós iremos votar favoravelmente todos os documentos que temos hoje à discussão e aproveito este momento para dizer que aceitamos a proposta de votação ponto por ponto, por parte do PS, e aceitamos as alterações propostas pela CDU à nossa Moção sobre a municipalização do ensino. Nós iremos votar favoravelmente a Moção do CDS, aliás nós somos o primeiro partido a apresentar na Assembleia da República proposta legislativa sobre esta matéria. A Moção da mutilação genital feminina, embora nos sintamos na obrigação, não propomos alteração, mas dizemos que o sexto parágrafo não nos deixa muito à vontade porque entendemos que a Associação que é feita entre a mutilação genital feminina e a multiculturalidade lança de certa forma a suspeita sobre várias comunidades do Concelho. É uma forma eufemística de dizer que há comunidades inteiras que aceitam a mutilação genital feminina como norma ou que cria de facto a suspeição. Não podemos portanto aproveitar uma questão de direitos humanos para por outro lado lançar suspeitas, racismos ou qualquer outro tipo de discriminação.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções que temos hoje a debate, dar nota de que em relação à Saudação à judoca Telma Monteiro, naturalmente associamo-nos.

Em relação à questão da Moção da habitação social iríamos propor à CDU que pudéssemos em separado o ponto um, sendo certo que já não é a primeira vez que nos dissociamos claramente de um conjunto de afirmações em relação às práticas, aos objetivos, às estratégias em relação à habitação bem como a algumas das questões que aqui estão misturadas até com o FAM. Mas, apesar de tudo queríamos associar também a esta entrega de fogos, porque entendemos que esta prática de realojamento é importante que seja prosseguida e portanto não queremos deixarmo-nos de associar a esta matéria.

Em relação ao documento três do Bloco de Esquerda e sobre a Academia de Música de Almada iremos votar favoravelmente.

Sobre a questão do Bloco de Esquerda em relação à municipalização da educação, iremos votar contra.

Sobre o Dia da Mulher, iremos votar favoravelmente.

Sobre o documento seis, em relação à Empresa Geral de Fomento, iremos votar contra.



Em relação ao documento sete, da saúde, gostaríamos sobretudo tornar mais factual aquilo que tem sido uma discussão muito pirotécnica, muito, diria, populista e demagógica. Porque, como é óbvio qualquer morte que existe no sistema de saúde é uma morte que a nós nos preocupa. É uma morte que se pudesse ter sido evitada era fundamental que isso mesmo tivesse acontecido. Agora, quando se fala na forma como é traduzido em texto esta questão, quando se diz um conjunto de falsidades em relação à falta de investimento num sector, eu permito-me até para que, já não é a primeira vez que o faço nesta Assembleia, mas agora sobre a saúde que fiquem dados concretos, em 2013 houve aumento do número de consultas; houve um aumento do número de atendimentos nas urgências; houve a criação desde 2011 de cento e seis novas unidades de saúde familiar; foram abertos vinte e oito centros de saúde; há mais seiscentos e dezassete mil utentes com médico de família; há um alargamento de número de macas, cerca de mil e quinhentas na rede nacional de cuidados continuados integrados e estão previstas mais quinhentas em 2015; houve a abertura de mais hospitais; houve investimento em urgências, uma das quais no Garcia de Orta, em Almada, e já lá vamos ao Garcia de Orta. Há realmente um aumento do número de médicos entre 2011 e a data em que vos estou a dirigir a palavra; há mais dois mil e quinhentos médicos no SNS, podem-me dizer, é preciso mais, é verdade e já lá vamos, mas o que certo é que houve um aumento do número de médicos desde 2011, na ordem dos dois mil e quinhentos. Fala-se também dos enfermeiros e houve também um aumento de enfermeiros no SNS e por isso eu diria que quando se brinca com algum populismo em relação às disfunções, que também existem no Serviço Nacional de Saúde, era importante perceber o alcance das palavras, era importante enquadrar os factos e saber se 2011 a 2015 alguma coisa foi feita ou não, se houve coisas mal feitas e perceber porquê e de que forma é que se podem corrigir, agora penso que estes dados factuais que eu acabei de transmitir ajudam a desmontar claramente aquilo que aqui é apresentado pela CDU. Nós concordamos que morreram duas pessoas no HGO, a nós preocupa-nos, preocupa-nos se alguma delas aconteceu por algum problema de funcionamento daquele hospital, a nós preocupa-nos. Não só nos preocupa, como temos procurado acompanhar de forma mais proactiva possível. Ainda a semana passada eu próprio e um conjunto de outros autarcas tivemos ocasião de manifestar publicamente a preocupação por exemplo à falta de médicos de família nos Concelhos de Almada e Seixal e reivindicar para que o Governo na primeira oportunidade e será num



concurso de abril, possa alocar nesse mesmo concurso mais médicos para estes Concelhos. Agora, apesar de nos associarmos às preocupações das falhas do sistema, de acharmos que há coisas que têm que melhorar, não há dúvida que as urgências têm que ser revistas e que tem que se procurar gerir de forma mais racional o sistema, agora gasta-se mais dinheiro em 2015 do que se gastava em 2011 no sistema de saúde, são factos, não são palavras. Há mais médicos de família para utentes, são factos, não são palavras. Há mais médicos no sistema, há mais enfermeiros no sistema, gasta-se per capita mais no SNS, e por isso nós também entendemos que a saúde deve estar à disposição de todos, se calhar por isso é que hoje temos seis milhões de portugueses que estão isentos de pagar taxas moderadoras, ainda hoje foi alargado a isenção para cidadãos até aos dezoito anos, e portanto são seis milhões, não são seis mil, sessenta mil, seiscentos mil, estamos a falar de seis milhões que estão isentos de pagar taxa moderadora no SNS. Claro que pode sempre alguém dizer “bom, mas alguém já morreu”, infelizmente nas urgências hão de sempre acontecer falhas e perdas de vida, nós temos é que minimizar de forma a tentar salvaguardar que nenhuma seja por culpa do sistema. E por isso, que fique contextualizado aquilo que é a nossa preocupação, mas sem alarmismos, porque não são estes alarmismos que ajudam a esclarecer a população e penso que os factos que acabei de transmitir o demonstram muito bem.

Em relação ao documento oito, sobre a Cova do Vapor, iremos votar favoravelmente. Em relação aos documentos do PSD, abstenho-me de comentar, como é óbvio iremos votar favoravelmente.

O décimo segundo, em relação à homenagem ao General Humberto Delgado, iremos associar.

Em relação ao documento treze do Partido Socialista e da Academia de Música de Almada, iríamos propor que votássemos ponto por ponto.

Em relação ao documento catorze e à descentralização de competências para os Municípios, iremos votar contra.

A Moção do CDS sobre o turismo, iremos votar favoravelmente, bom como a questão da mutilação genital feminina e também o Museu do Mar e do Pescador.

Na Moção da CDU eu não sei se é a mesma, se é uma alteração, confesso que não tenho a certeza, penso que isto é uma nova versão que foi distribuída.”

7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Para deixar também o sentido de voto do CDS-PP.

Começando pelo Bloco de Esquerda, relativamente à Moção da Academia de Música de Almada iremos votar favoravelmente. Iremos votar também favoravelmente a Moção do Dia Internacional da Mulher. Não acompanharemos, o CDS-PP não acompanha a restante Moção que tem o nome contra a municipalização da educação e em defesa da escola pública.

Em relação às Moções do Partido Socialista, votaremos a da homenagem a Humberto Delgado e nas mesma linha propomos também ao Partido Socialista que a Moção sobre a Academia de Música de Almada possa ser votada ponto por ponto.

Em relação às Moções do PSD, votaremos a favor.

Em relação às Moções da CDU queria apenas deixar uma ressalva, votaremos a favor da Moção da Pesca, do desenvolvimento da Pesca da Cova do Vapor, da Trafaria e Costa da Caparica e penso que esteja aqui incluído a Fonte da Telha, como é óbvio. Depois votaremos contra o processo em curso da privatização da Empresa Geral de Fomento. O regime de transferência de competências para os Municípios, também o CDS-PP irá votar contra. Relativamente à Moção sobre habitação social e apoio às famílias, enfim são feitas aqui algumas considerações relativamente ao Governo, enfim como é evidente nós não pomos em causa que a Câmara Municipal e a própria CDU esteja interessada numa melhoria das condições da habitação social e apoio às famílias, agora deverá também se ter em atenção as medidas que nomeadamente o Ministério de Pedro Mota Soares tem estado a implementar desde 2011 relativamente a estes apoios e têm sido muitos.

Relativamente à questão da saúde, enfim já foram elencadas uma série de exemplos relativamente ao investimento que tem sido feito nesta área, eu podia deixar aqui outras, enfim a redução da taxa de mortalidade infantil, o inventário dos médicos do Serviço Nacional de Saúde e muitas outras que este mesmo Governo tem dado na parte da saúde. Como é evidente não estamos satisfeitos que haja uma morte, como é evidente não podemos ficar satisfeitos, as coisas não estão como é evidente como todos nós gostaríamos que estivéssemos, mas também não estão o caos que alguns querem fazer parecer.

Apenas só uma ressalva relativamente à intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, não me vai levar a mal Sr. Deputado, mas além de repudiarmos a mutilação genital feminina também tem que repudiar algum entendimento que possa



ser feito desta mesma Moção que tenha a ver com alguma indicação de racismo que nada tem a ver.

Portanto, Sr. Deputado esclareço aqui, pode ficar descansado porque não tem por parte do CDS-PP, não é esse o intuito desta Moção, manifestar qualquer tipo de racismo, nem podia ser.

Aceitamos as sugestões da CDU.”

7.4.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dois breves comentários a apreciações que foram feitas. Uma muito curta ao Sr. Deputado Leitão, do Partido Socialista, que diz que vai votar contra a nossa Moção/deliberação sobre o regime jurídico de transferência de competências para os Municípios, porque nós aqui referimos a questão de 2008. Bom, nós lamentamos, mas de facto é verdade o que está aqui, ou seja, nós não estamos a dizer que em 2008 houve também estas transferências e também foram contestadas por muitos Municípios e portanto acho que reconhecer que transferir competências para os Municípios quando simultaneamente a Lei das Finanças Locais não é cumprida, quando simultaneamente há todos os constrangimentos que impedem a autonomia do Poder Local, eu creio Srs. Deputados do Partido Socialista que não reconhecer esse erro pode querer significar, de não quererem corrigir para o futuro práticas menos aconselháveis.

Mas relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias, eu fiquei perfeitamente siderada ao ouvir a argumentação para votar contra. O Sr. não contesta nada sobre o Concelho de Almada, que a Moção coloca. O Sr. fala do País e nós falamos de Almada. E o Sr. não contesta que o Diretor Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no concurso de finais de dezembro, não permitiu, não indicou médicos de família para o ACES de Almada-Seixal. O Sr. fala de que está tudo numa maravilha, então eu pergunto-lhe, porque é que a nível nacional, para não falar do Garcia de Orta, mas nós aqui falamos só do Concelho de Almada, porque é que se estão a demitir em massa os Chefes de Equipas das Urgências; os Chefes de Serviços de Especialidades, porquê? Será que estão todos acomodados com as Comissões de Utentes, com a CDU, com o PCP? Não deve ser com certeza. Portanto, não reconhecer as dificuldades enormíssimas. Os Srs. têm consciência que enquanto andaram a dizer às pessoas que os cortes sucessivos no Serviço Nacional e Saúde não punha em causa a qualidade, hoje demonstra-se que efetivamente são os



próprios profissionais a denunciar que os cortes sucessivos com a Lei dos Compromissos, as administrações e já são os Presidentes dos Conselhos de Administração Hospitalar que vem denunciar isso, e o Sr. Deputado Nuno Matias diz, chama-nos todos os nomes possíveis que eu por pudor, porque eu não gosto de adjetivar intervenções e por pudor não lhe respondo à letra. E portanto Sr. Deputado tenha atenção, o Sr. pode ter uma visão do país que só o PSD é que tem. Mas veja o Concelho de Almada, veja os cento e tal mil utentes do ACES de Almada-Seixal que não têm médico de família, veja as condições de trabalho do Garcia de Orta, veja o material obsoleto, porque não há dinheiro, não há financiamento para o substituir. E digo-lhe uma coisa, se investiram muito dinheiro, bom, fará se não fosse o esforço dos profissionais de saúde, se calhar teria havido mais mortes porque Srs. Deputados, não é por causa do frio, não por causa da gripe que as coisas estão como estão Srs. Deputados. Quando o Sr. diz que seis milhões estão isentos, bom então quer dizer que os números das estatísticas sobre o aumento da pobreza em Portugal são bem reais. E de facto a fome, a falta de alimentação condigna, o frio, o preço por não poderem pagar a eletricidade para se aquecerem, então de facto este país está mesmo numa situação de profunda preocupação de toda a gente que deve contrariar esta política porque efetivamente o aumento da pobreza resulta destas políticas de traição nacional.”

7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só aqui um pequeno comentário à Moção nº 8, no seu ponto 3 diz que “sublinha que a atividade piscatória e a náutica de recreio constituem dois pilares significativos da economia de Almada”, é esse o desejo de todos nós, julgo eu, mas se podemos reconhecer que a atividade piscatória é um pilar da economia local, a náutica de recreio tem uma expressão completamente residual ainda em Almada. Não existem estruturas capazes para a náutica de recreio, existem apenas duas rampas de acesso, uma na Cova do Vapor e outra em Cacilhas e portanto não queria deixar de fazer esta nota de que a náutica de recreio é um desejo que venha a ser um pilar do desenvolvimento económico de Almada, mas ainda não é.”

7.4.9 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de me referir concretamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias, a narrativa que aqui nos trouxe sobre a saúde. Com certeza não ouve a Ordem dos



Enfermeiros, a Ordem dos Médicos, os Diretores Clínicos que se têm vindo a demitir em instituições hospitalares por todo o país e no caso concreto no Concelho de Almada, porque é no Concelho de Almada que estamos. Gostaria que o Sr. Deputado Nuno Matias se dirigisse aos utentes do Laranjeiro e Feijó para poder fazer esse discurso que aqui fez. E que se dirigisse às sete horas da manhã quando estão em filas à chuva e ao frio para conseguirem consulta ou também aos utentes do Centro de Saúde da Trafaria que têm que se deslocar à Costa da Caparica, sendo uma população também idosa com todos as dificuldades. Portanto, a narrativa que aqui nos trouxe é a narrativa que nós entendemos saber que é do PSD, mas não é narrativa do país nem é aquilo que a população sente efetivamente que os portugueses sentem.”

7.4.10 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma nota breve em relação à questão da saúde, porque hoje a convite do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, eu próprio, a Sr.^a Vereadora Maria do Carmo Borges, a Sr.^a Deputada enquanto membro das Comissões de Utentes da Saúde, Luísa Ramos e o Sr. Presidente da União das Freguesias, não está cá, Ricardo Louçã, visitámos o Hospital Garcia de Orta e tivemos uma reunião com o Sr. Presidente do Conselho de Administração, a Sr.^a Diretora Clínica, com a Sr.^a Diretora do Serviço de Radiologia e com o Sr. Diretor do Serviço de Urgência. E quero-lhe dizer que as nossas preocupações são perfeitamente fundamentadas. Fundamentadas porque apesar do esforço que está a ser feito pelos profissionais e o Conselho de Administração e tiveram ocasião de se referir ao que têm feito para superar as dificuldades, continuam com problemas enormes em várias áreas. Foi sublinhado pela parte do Sr. Presidente do Conselho de Administração o adiamento de inúmeras cirurgias programadas por falta de anestesistas, problema que considero da maior importância e prioritário, com prejuízo grave para a saúde da Região e foi também possível constatar que o Serviço de Radiologia tem em relação às ressonâncias magnéticas uma lista de espera de cerca de mil utentes, trabalha com um aparelho que está próximo de ser obsoleto, o número de cortes é insuficiente para poder detetar determinado tipo de lesões e estou a falar por palavras da Sr.^a Diretora do Serviço de Radiologia. Os aparelhos de radiologia também são obsoletos, obrigando quer os profissionais, quer os doentes a sofrer cargas de radiação já não admissíveis nos dias atuais. E constatámos que no Serviço de Urgência, no primeiro andar, o



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

número de dezenas e dezenas de macas, e convidava o Sr. Deputado a visitar o Serviço de Urgência com uma delegação do seu partido, penso que é do maior interesse visitar o Serviço de Urgência do Hospital Garcia de Orta. Porque o que se passa é que se voltarmos, ou se voltar, por qualquer razão que ninguém deseja, a surgir uma situação crítica como aquela que se viveu no final do ano passado e início deste ano, o primeiro mês até agora, não tenha dúvida, não estamos a falar e um ... número de mortes, estamos a falar de milhares de mortes acima das mortes previstas para esta época do ano.

Quando foi a vaga de calor há uns anos atrás, morreram mais de dois mil, mas agora estamos a falar de números muito superiores a estes. Não é por acaso que não se fala nisso, Sr. Deputado. É porque as preocupações que têm com a informação municipal completa, era bom que houvesse uma informação nacional completa sobre o que se passa sobre certas coisas. É que o controlo sobre a informação de facto fosse superado é preciso dizer isto. Porque eu não aceito, nunca aceitarei uma posição aqui e outra posição noutros lados. Essas questões de coerência, eu peço imensa desculpa a todos os Partidos, todos, o meu inclusive, uma coisa aqui e outra noutro lado não aceito e tenho esta posição no meu Partido e tenho esta posição cívica. E portanto, vir-se aqui dizer uma coisa e lá fora outra, e Almada é assim e depois lá fora é de outra maneira, não. Eu não aceito isso, acho que isso é mau para todos, é mau para a nossa consciência. E portanto a questão da saúde é de facto, e no caso da saúde no Concelho de Almada, Almada e Seixal é um problema gravíssimo. E digo-lhe mais, acho que o Sr. Ministro tem formação suficiente para saber que o que se está a passar e o que se ia passar, tinha perfeitas condições para vir a acontecer e tinha todas as condições para ter atuado atempadamente em relação ao que estava para acontecer, e se não o fez foi por pura negligência. Eu acho que isso é politicamente mais do que censurável. E acho que não é bom para a saúde política do país que estas coisas aconteçam sem consequências. Volto a dizer, há uns anos atrás caiu uma ponte, morreram umas dezenas de pessoas que iam numa excursão e o Ministro demitiu-se, porque considerou que era sua responsabilidade a vigilância da estabilidade e da segurança das pontes. É lamentável mas é também demonstrativo de uma atitude política que não deve deixar de nos causar preocupações, porque a solidariedade do Governo é uma coisa, mas a solidariedade do Governo não deve deixar de olhar para os problemas concretos que ocorrem por atuação mais ou menos atenta de alguns dos



seus membros. E neste caso volto a dizer, quando se diz no início de dezembro e já o disse com alarmismo e assim falamos de alarmismo que a vacina da gripe não ia ser tão eficaz como se desejava, pergunta-se o que é que se fez desde essa altura até ao início da epidemia. O que é que se fez? E depois diz-se, deixou-se os médicos ir fazer férias durante o período de Natal, então o Sr. Ministro não pode tomar as devidas medidas atempadamente e a seu serviço para que se acautelem as condições de atendimento? Eu nunca aceitarei por exemplo, que se diga que a pessoa que faleceu à porta da urgência iria falecer de qualquer maneira, porque se encontrava em situação terminal. Embora isso pudesse ser verdade e se isso era verdade, não há nenhuma razão, a não ser perfeita e profunda insensibilidade que a pessoa tenha falecido à porta. É uma questão de sensibilidade e de humanismo. Quem escreve “de qualquer maneira a pessoa ia falecer”, e isso foi escrito, porque se encontrava em situação terminal, atingiu um grau de insensibilidade próprio de quem está esgotado, deixou de ter sensibilidade para os problemas com que tem que lidar. E nessa situação tem que ir embora. Deve ir descansar. É a minha opinião sobre isso. E portanto, acho que não se tem reagido com suficiente firmeza em relação a esta questão particular. E era só sobre este assunto, não quer dizer que não haja outras questões importantes aqui, mas penso que estar a falar nelas agora iria tirar relevo àquilo que aqui quis dizer.”

7.4.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedi para intervir, porque de facto a intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias é uma intervenção, não é pirotécnica, mas deixa-nos a nós absolutamente perplexos com a sua visão pouco realista ou nada realista do que está a acontecer no país. E falo a propósito evidentemente da Moção apresentada pelo PCP que acompanharemos e por tudo o que tem acontecido no Garcia de Orta nos últimos tempos, mas creio que depois da intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias não podíamos deixar de deixar algumas notas.

Sr. Deputado Nuno Matias, são menos quatrocentos médicos por ano nos últimos anos em Portugal; são menos mil e seiscentos enfermeiros; encerraram camas de agudos e não é a oposição que diz Sr. Deputado Municipal, quem diz é a OCDE que diz que Portugal tem menos camas do que era suposto ter. E que mesmo agora no pico da crise e com a pressão de tudo o que aconteceu nas urgências por todo o país e o Garcia de Orta não foi exceção, infelizmente. Aquilo que aconteceu é que



foram obrigados a colocar temporariamente quinhentas e sessenta e nove camas, sendo que já tinham fechado cerca de quatrocentas e trinta. Os cortes do Ministério da Saúde foram duas vezes mais do que aquilo que estava previsto inicialmente no memorando de 2011. Suspenderam-se a abertura de unidades de saúde familiar; o Ministério da Saúde injetou dinheiro no capital social dos hospitais EPE, mas tiraram-lhes a sua autonomia, o que significa Sr. Deputado Municipal, não podem hoje contratar e daí a falência do sistema. A Lei dos Compromissos paralisou as contratações, há falta de equipamentos, há falta de dispositivos médicos, há equipamentos obsoletos, o Garcia de Orta não pode neste momento, e devo dizer que por um caso pessoal foi possível testemunhar há dois anos o drama da radiologia no Garcia de Orta, foram precisos dois anos para colapsar, mas já estava muito mau, foram feitos apelos ao Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde nada fez sobre o assunto para que estejamos hoje com a situação que estamos na radiologia do Garcia de Orta.

Emigraram jovens qualificados, médicos e enfermeiros. Os Administradores estão hoje incapazes de manter os Serviços, há falta de meios no INEM, designadamente de ambulâncias, há 1,3 milhões de portugueses que não têm médico de família e só na Região de Lisboa e Vale de Tejo são oitocentos mil, e não me venha dizer que o Concelho de Almada não está também penalizado com esta falta. E eu creio que vale a pena a propósito desta Moção lembrar não apenas a demissão dos sete Chefes de Urgência do Garcia de Orta, mas ainda esta noite os dezasseis que se demitiram do Hospital do Litoral Alentejano e as palavras não são minhas são dos próprios, “degradação das condições de trabalho”, a Administração do Hospital São João do Porto, as Urgências do Hospital Amadora-Sintra, do Hospital de Santa Maria, ainda esta semana.

Eu creio que pirotecnia não é de facto a palavra que estão a utilizar melhor Sr. Deputado Municipal, o que estamos aqui a falar é de insensibilidade social, porque nós não devemos fazer populismo com a morte de ninguém, mas nós não podemos ignorar que o nosso Concelho também foi vítima de morte, não porque tivessem tempo de menos à espera, mas porque houve falta de possibilidade de acudir às pessoas que às urgências se dirigiram e isto não é porque o Ministério da Saúde não soubesse que há picos de urgências nestas alturas, foi pura incompetência e sobretudo foi olhar aos números do deficit e das contas para ainda por cima esta semana sabermos que há um aumento da dívida pública que ainda hoje a Comissão



Europeia diz que há mais pobreza em Portugal e mais coloca Portugal sobre vigilância pelos desequilíbrios sucessivos, também na saúde estes desequilíbrios são excessivos.”

7.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu permito-me desde já responder a esta questão da dívida pública, porque isto sim é uma insensibilidade do Partido Socialista não reconhecer em que estado é que deixou o país, e também a saúde, porque na saúde nós tínhamos um buraco financeiro de quatro mil milhões de euros e apesar de tudo houve uma recapitalização dos hospitais na ordem dos três mil milhões de euros e eu posso repetir o número de aumentos de atos médicos entre 2012 e 2013, são aqueles dados oficiais e eu também não me vou esconder dos dados, mais trezentas e cinquenta e duas mil consultas; mais dezasseis mil e seiscentos atendimentos nas urgências, por dia; mais intervenções cirúrgicas de 2012 para 2013, aconteceram; mais o número de seiscentos e dezassete mil utentes no SNS com médicos de família; abriram mais mil e quinhentas camas na rede nacional de cuidados continuados integrados; abriram mais hospitais nomeadamente Vila Franca de Xira, Amarante, Lamego, Guarda; há um melhoramento nas urgências no caso também do Hospital Garcia de Orta. Depois se quiser podemos conversar lá fora e a gente vê os números, não tem problema nenhum, com todo o respeito e sentido democrático.

Há mais dois mil e quinhentos médicos no SNS; há mais mil e noventa enfermeiros. Dizem, “Bom, mas em Almada há problemas.” Há problemas, eu acabei de os dizer na minha primeira intervenção, parece que as pessoas não ouviram, a própria Deputada Luísa Ramos diz que a Moção da CDU é a que só fala de Almada, mas diz “reafirmar a necessidade de reforçar o SNS enquanto garantia universal do acesso ao cuidado de saúde, como determina a Constituição da República.” Bom, isto é tão genérico como a minha intervenção, com a diferença que eu acrescento factos em relação ao número de dados e ao número de intervenções que acontecem no serviço. Agora dizem, bom, mas há problemas na rede hospitalar, no caso do acesso à urgência, há falta de médicos de família no caso em Almada e Seixal. Eu próprio reconheci isso, é uma preocupação que nós temos manifestado, e ao contrário daquilo que aqui foi dito, não dizemos aqui o que não dizemos lá fora. Há que repor a verdade, foram públicas as afirmações que eu próprio fiz, a pedir ao Governo e a pedir à Administração Regional de Saúde para colocar mais médicos de família em



Almada e Seixal, porque não entendemos admissível haver cerca de oitenta mil utilizadores utentes frequentadores que não tenham médico de família. Nós percebemos que em parte tem a ver com a transição para as unidades de saúde familiar, percebemos que pode ter ali algum racional, mas não é racional com as aposentações que aconteceram, com as saídas que aconteceram haver tantos utentes sem médico de família. Nós reconhecemos, agora não entramos é no alarmismo quando há investimento, quando há mais camas, quando há mais médicos, quando há mais enfermeiros, quando há a preocupação de tentar dotar os serviços de melhores capacidades de resposta. É verdade que nem tudo está perfeito e a prova é que há momentos onde realmente nem tudo funciona bem, isso preocupa-nos, nós não estamos a dizer que está tudo maravilhoso, nós não viemos aqui dizer que na saúde está tudo a funcionar muito bem, nós reconhecemos que houve problemas no Hospital Garcia de Orta, reconhecemos que há falta de médicos de família e somos os primeiros a exigir aqui, como exigimos lá fora. Aliás, não é preciso ir buscar muitos assuntos para trás. Se calhar poucos Partidos nesta Assembleia fariam o mesmo que o PSD fez, que foi colocar-se ao lado da população em relação a matérias sobre o qual o Governo tinha decidido, no nosso entender não da forma mais correta, veja-se por exemplo o Porto de Contentores na Trafaria, que em dado momento nós dissemos publicamente, aqui e dissemos lá fora, que eramos contra. Se calhar poucos Partidos nas mesmas condições em que o PSD se encontrava naquele momento teriam feito aquilo que aqui e lá fora como nós fizemos e fazemos aqui sobre o Porto de Contentores e fazemos aqui sobre a saúde e sobre qualquer tema, porque temos uma posição aqui e lá fora, temos uma posição coerente em todo o lado.

Para deixar também claro, porque eu confesso que estas questões de pirotecnia que o Partido Socialista acaba por se enredar, a Deputada com toda a amizade, Ana Catarina Mendes, veio aqui dizer que “bom, o problema da dívida pública vejam lá que ela até aumentou.” Se ler com mais atenção, percebe que do terceiro para o quarto trimestre a dívida pública diminui, já não acontecia há uns anos, é verdade. Só para terem uma nota, entre 2000 e 2011 a dívida pública bruta em Portugal aumentou cento e trinta e um mil milhões de euros, aquilo que é verdade é que em 2011 ao contrário também daquilo que o Partido Socialista diz, a dívida pública não era noventa por cento, era mais de cento e vinte. Neste momento é cento e vinte e sete, desceu do terceiro para o quarto trimestre de cento e vinte e oito para cento e vinte e sete, mas a gente há de lá chegar para perceber realmente esse esforço, deveria



levar um conjunto de realismos pragmáticos e reconhecimento de responsabilidades, nós também cometemos erros e assumimos, temos pena que ao fim deste tempo e face à intervenção que acabámos de ouvir do Partido Socialista parece que houve alguém que não aprendeu com as lições da história, não reconheceu os erros e hoje em dia até por afirmações públicas que vão sendo proferidas deveriam preocupar muito os cidadãos em Almada e no país.”

7.4.13 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez esta noite o Sr. Deputado Nuno Matias vem aqui no exercício de demagogia, penso que já é recorrente das Assembleias Municipais, dizendo aqui algumas coisas sobre a saúde e que me parecem que não tem nada a ver com aquilo que é a realidade. Disse aqui duas vezes, que tinha crescido o número de médicos, o número de enfermeiros, os atos médicos, um conjunto de situações, mas parece-me que é preciso colocar isto no sítio certo. E eu tive há alguns meses atrás uma reunião com o Presidente da ARS, mais um conjunto de Deputados do Partido Socialista e foi dito nessa reunião pelo Presidente da ARS, foi-lhe perguntado diretamente qual era o problema que existia com as urgências e ele disse claramente que o problema era um problema de que não havia dinheiro para gastar, era os cortes orçamentais, os cortes orçamentais do Governo tinham produzido esta questão da falta de médicos nas urgências. E vou dizer mais uma coisa, e as mortes que existiram são mortes com responsabilidade do Primeiro Ministro e do Ministro da Saúde, são corresponsáveis, sabe porquê? Porque, relativamente à questão até dos medicamentos para a hepatite C, morreram pessoas com responsabilidade do Sr. Ministro, e digo mais uma coisa, pela primeira vez em Portugal, eu aprendi isto pelo menos na universidade, o bem jurídico de maior valor é a vida, e nós agora com este Governo temos que o alterar, temos que alterar o artigo 24 da Constituição, não é a vida humana que é inviolável é o não gastar dinheiro que é inviolável, percebe? Portanto, neste momento o que se passa é que o PSD e o CDS tentam dismantelar o SNS e não respondem à procura, não respondem àquilo que são as necessidades das populações e quem o diz, não é só a minha Camarada Ana Catarina Mendes, há um vasto sector ligado à saúde que diz claramente que os meios são insuficientes e o Sr. vem aqui torturar números a dizer que na saúde estamos muito bem. Eu sei que estamos em ano de eleições e o Sr. Deputado, e vamos continuar a ouvir o Sr. Deputado nas próximas Assembleias Municipais esses exercícios de demagogia, mas



nós não estamos na Assembleia da República, nós não estamos na Assembleia da República.”

7.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Saudação à judoca Telma Monteiro, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias, foi aprovada por unanimidade.

7.5.2 - A Moção/Deliberação sobre Habitação Social e Apoio às Famílias, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Teresa Paula Coelho - Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, foi votada por pontos:

Ponto 1 - aprovado por maioria, com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (de eleito do CDS-PP).

Restantes pontos - aprovados por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.3 - A Moção/Deliberação Em Apoio e Solidariedade com a Academia Música Almada e com todas as escolas da rede de ensino artístico especializado, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

7.5.4 - A Moção/Deliberação Contra a Municipalização da Educação e em defesa da Escola Pública, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi votada por pontos:

Até ponto 1 - aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).



Ponto 2 - aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN, Ind., e PS - a Sr.^a Deputada Municipal Vanda Silva) e quinze votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP).

Ponto 3 - aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.4.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Contra a Municipalização da Educação e em defesa da Escola Pública

O Conselho de Ministros, em 15 de Janeiro de 2015, com total desprezo pelos pareceres negativos da Associação Nacional de Municípios e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, aprovou o regime jurídico de delegação de competências para os municípios e entidades intermunicipais nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura.

O processo de Municipalização da Educação tem estado em curso através da assinatura com diversos Municípios do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”.

Este é um processo rodeado de secretismo com a intenção de evitar que dele tenha conhecimento a comunidade educativa e em especial as professoras e os professores tentando que seja implementado sem contestação. Tal contrato assenta em pressupostos economicistas, de desresponsabilização do Estado relativamente a um setor essencial como é o da Educação.

Num perfeito engodo, as autarquias em dificuldades financeiras têm sido aliciadas com a transferência de verbas e com “coeficientes de eficiência” que configuram a atribuição de financiamento no valor de 13.594,71 euros/ano por cada docente que consigam «dispensar».

Todo este processo significa também uma grande ingerência na gestão dos estabelecimentos de ensino, ficando a autonomia dos mesmos ainda mais amordaçada. A transferência de verbas para as autarquias fará com que gestão passe



a ser feita por estas. Essa gestão também passará a ser feita ao nível dos recursos humanos e técnicos.

No contrato está ainda previsto que 25% do currículo seja gerido localmente, sendo que isso implicará uma intromissão na definição dos mesmos, bem como na contratação ao nível local de recursos que assegurem esta percentagem do currículo.

Estamos num país onde as assimetrias são cada vez mais acentuadas, configurando essas assimetrias um crescendo de desigualdades de oportunidades e de acesso a uma educação de qualidade. A aposta desenfreada na privatização leva a financiamentos de escolas privadas e em paralelo ao empobrecimento da escola pública, aumentando os alunos por turma, reduzindo os currículos, despedindo professores e professoras e com a municipalização o Estado pretende, apenas, a sua desresponsabilização com a Educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade das prioridades para um país que se quer desenvolver.

Com a municipalização o estado pretende arredar-se da sua responsabilidade com a educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade para um país que se quer desenvolver e que está aliás consagrado. Com este processo, estaremos perante uma Educação em saldos e a retalho.

Tendo em consideração os prejuízos que a municipalização acarreta para a Educação no país, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26 de Fevereiro de 2015, delibera:

- Contestar o processo em curso de Municipalização da Educação e exigir a sua suspensão imediata;
- Recusar qualquer processo de Municipalização da Educação ao nível do Município de Almada;
- Solidarizar-se com a luta das professoras, dos professores e de toda a comunidade educativa assim como a do movimento sindical contra a Municipalização do Ensino.”

7.5.5 - A Moção/Saudação 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

7.5.6 - A Moção/Deliberação Contra o processo em curso de Privatização da Empresa Geral de Fomento, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do



PAN e Ind) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP), não exerceu o direito de voto o Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos por considerar poder haver incompatibilidade.

7.5.7 - A Moção/Deliberação “Saúde, um Direito de todos”, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.8 - A Moção/Deliberação sobre “Melhoria das Condições para Desenvolvimento da Pesca - Cova do Vapor, Trafaria e Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.

7.5.9 - A Moção/deliberação “Os almadenses têm o direito a uma Informação Municipal completa”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.), dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó) e uma abstenção (de eleita do PAN).

7.5.10 - A Moção/Deliberação sobre “Melhoria no Atendimento ao Cidadão”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN, do CDS-PP e Ind.) e dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

7.5.11 - A Moção/Deliberação “Pela instalação urgente do “Novo” Parque Infantil da Marisol”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por unanimidade.

7.5.12 - A Moção/Deliberação de Homenagem a Humberto Delgado, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.



7.5.13 - A Moção/Deliberação sobre a Academia de Música de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi votada por pontos:

Até ponto 1 - foi aprovado por unanimidade.

Ponto 2 - foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

Ponto 3 - foi aprovado por unanimidade.

7.5.14 - A Moção/Deliberação “Sobre Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN, Ind. e do PS - a Sr.^a Deputada Municipal Vanda Silva), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e nove abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.5.15 - A Moção/Deliberação “Por um Turismo de Excelência”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade. (com alterações)

7.5.15.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação - “Por um Turismo de Excelência”

É reconhecido o esforço e o empenho que Portugal tem dado ao sector do Turismo com o objetivo de promover o país, promover as paisagens, os lugares, as aldeias, as vilas e cidades, promover a história, costumes e tradições ajudando a exportar a imagem de Portugal no estrangeiro importando turistas, visitantes e investidores.

Segundo as estatísticas referentes ao ano transato Portugal viu crescer em número significativo a quantidade de turistas que entraram no país, procurando o acolhimento sempre característico da sua hospitalidade e das variadíssimas ofertas que de norte a sul estão ao dispor de quem nos visita.

A evolução positiva e o incremento de medidas e políticas que apostem numa verdadeira promoção e divulgação da oferta do país levando ao crescimento do sector



que engloba hotelaria, gastronomia e restauração, cultura, história, viagens, arte e espetáculo, é bem o resultado da articulação entre os vários agentes que viram a gestão dos instrumentos necessários à prossecução dos seus fins disponibilizados pelas entidades competentes e que zelam pela promoção e investimento no turismo em Portugal, reforçados consideravelmente.

Os números falam por si e não enganam; as unidades hoteleiras registaram em termos de hóspedes um total de 12,8 milhões, originando 37,5 milhões de dormidas levando a um aumento de +10,6% (+3,6 milhões) comparando com o ano de 2013.

Esse número consubstanciado em termos de receitas e proveitos atingiram um brilhante valor de 1,8 mil milhões de € no país, refletindo um acréscimo de 12,4% o que é bastante significativo para um sector cada vez mais importante e estratégico para Portugal.

O sector está em avançado crescimento e recomenda-se sendo a tendência para 2015 evolutiva.

A Promoção de Portugal internacionalmente deve ser uma estratégia prioritária onde devem convergir esforços e investimentos entre estado e autarquias e demais entidades promotoras dos mais variados quadrantes e sectores que o turismo e o lazer podem proporcionar a ganhar melhorando a imagem do país e a competitividade tendo em conta os considerados maiores destinos mundiais de turismo. Almada não é exceção. Exemplo disso, é o 3º lugar alcançado no que se refere ao número de dormidas no concelho em 2014, ficando apenas atrás de dois bastiões do sector como Lisboa e Cascais (1º lugar na Península de Setúbal), resultado esse, que abre boas perspectivas para que se possa continuar a apostar e a investir de forma planeada e estruturada numa maior atratividade e promoção do concelho não só internacionalmente, como também no turismo interno.

Para tal é necessário ter em conta as características privilegiadas que Almada auferem no contexto da grande região de Lisboa e Península de Setúbal com a proximidade da capital, a sua paisagem e natureza onde se inclui o rio, o mar, a floresta e a densa fauna terrestre e marítima, as suas tradições e costumes das localidades que compõem o concelho, a sua história e património material e imaterial e o seu folclore, devem ser mais-valias potenciadoras de uma oferta de local que fidelize visitantes e ajude na promoção e criação de emprego e na dinamização da economia local.

Uma verdadeira estratégia local de promoção do turismo deve ter em conta a maximização e a convergência de esforços e planeamento conjunto entre as entidades



geradoras de mais-valias, tornando o investimento e a aposta no sector uma prioridade em Almada.

Valorizar e apostar nas pessoas, dinamizar o comércio e a oferta local, reabilitar e promover o espaço público e incentivar investimento deve ser ambição e horizonte da autarquia na rentabilização dos recursos disponíveis envolvendo a comunidade local promovendo a excelência preço por quem nos visita.

Desta feita, considerando que Almada reúne todas as características para se tornar num dos polos turísticos e de lazer mais atrativos da Europa, e considerando ainda que para tal o reforço no investimento e a aposta no sector deve ser prioritário e fazer parte dos planos do município para as próximas décadas, a Assembleia Municipal de Almada reunida na localidade de Almada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, delibera:

- 1 - Reconhecer e aclamar o esforço e empenho por parte da Secretaria de Estado do Turismo, do Turismo de Portugal, de promotores, de empresas e trabalhadores do sector, das autarquias e demais agentes e entidades que em conjunto têm contribuído significativamente para a promoção e investimento do Turismo em Portugal nos últimos anos.
- 2 - Saudar o Município pela obtenção do 3º lugar no que respeita a dormidas na região de Lisboa fazendo votos que a mesma estimativa se repita no presente ano.
- 3 - Incentivar a Câmara Municipal e a Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo a reforçar o investimento na promoção e na aposta do turismo e lazer tirando partido da situação geográfica e privilegiada do Concelho e da Região com o objetivo de potenciar um Turismo de excelência.”

7.5.16 - A Moção/Deliberação “Repudiar a Mutilação Genital Feminina”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.5.17 - A Moção/Deliberação “Museu do Mar e do Pescador”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.5.17.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação - “Museu do Mar e do Pescador

Tendo em conta que a pesca é desde sempre para o concelho de Almada um sector e uma atividade significativa para as populações e famílias que vivem e que passaram pela Costa da Caparica, Trafaria, e Fonte da Telha, nunca é demais lembrar não só a fonte de riqueza e de rentabilidade que durante séculos se extraiu do mar da nossa costa, como a bravura dos muitos homens que ao longo dos tempos de geração em



geração arriscaram muitas das vezes com a sua própria vida, o sustento das suas famílias e o provimento das mesas e negócio de muitos outros.

Nas localidades e zonas de Almada onde se praticou e se continua a praticar a atividade da pesca, contam-se e enfatizam-se histórias, recordam-se tradições, lembram-se amigos e parentes que partiram e não voltaram do mar, enaltecem-se feitos e aventuras que a mãe natureza proporcionou num arriscado e por vezes mortal bailado entre as ondas e os pequenos e modestos barcos movidos pela força dos braços dos pescadores, o frio das noites geladas ou a pele queimada do sol, e as caldeiradas improvisadas em alto-mar para matar a fome.

Amanham-se redes, puxam-se as mesmas à mão, ao trator, com animais, olha-se e lê-se no céu, ouvem-se as marés e aguardam-se as nortadas.

Famílias inteiras trazem histórias de longe, de Aveiro, de Ílhavo, do Algarve e de lugares longínquos onde o mar era o seu destino, o sustento e abono do lar.

Na Costa da Caparica, fez-se escola, aprendeu-se a navegar o mar, a trilhar as ondas e a enfrentar oceanos, aprendeu-se a estender as redes e a reparar os barcos, calçam-se as longas e resistentes botas e veste-se a camisa de flanela ao xadrez.

Escola de navegantes e escola de vida, fizeram dos pescadores da Costa da Caparica homens e mulheres que experimentaram as dificuldades da vida, mas que nunca virando as costas à luta, fazem chegar até hoje as memórias e recordações de um passado que se viverá sempre no futuro.

Choros de mães, alegrias de netos, de geração em geração, os pescadores vão transmitindo a sua nobre e arriscada arte onde se podem encontrar o melhor do Homem e o pior da Natureza.

A linguagem própria, as vestes, os barcos, o pescado, as redes, as memórias, a famosa Arte Xávega, a tradicional e tão característica venda em lota, os bairros de pescadores, as caldeiradas, os retratos a preto-e-branco em grupo, as tabernas depois da faina e todo o legado que ao longo dos anos os homens da pesca nos deixaram para memória futura, devem ser preservados e mostrados ao mundo.

A pesca continua nos dias de hoje a ter um papel essencial no concelho de Almada continuando a ser o sustento de muitas casas e a abastecer em larga escala as famílias do concelho e da grande Lisboa.

Assim sendo, é fundamental que essa tradição e costumes não só não sejam apagados e esquecidos pelo tempo, como devam ser mesmo promovidos, divulgados



e preservados para que as gerações futuras possam orgulhar-se das suas tradições e costumes locais.

Tendo em conta os considerandos acima descritos a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2015 na localidade de Almada delibera:

- 1 - Reconhecer a importância que o sector da pesca tem para o concelho em termos estratégicos e económicos na promoção e no incentivo à continuidade da atividade nomeadamente junto dos mais novos.
- 2 - Homenagear e recordar quer os que partiram quer todos aqueles que diariamente enfrentam o mar para contribuir para o sustento das suas famílias e para a manutenção da atividade.
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal o estudo de criação no Concelho de Almada do Museu do Mar e do Pescador tendo em conta a sua importância histórica, turística e interpretação.
- 4 - Reafirmar a importância da pesca com “Arte Xávega” ao nível da atividade económica e enquanto expressão cultural na Costa da Caparica, e no Concelho de Almada em geral, relevando o grande interesse com que encara a proposta de interligação desta prática ancestral no Inventário do Património Cultural Imaterial, recentemente aprovada pela Câmara Municipal de Almada.”

7.5.18 - Usou ainda da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, para uma declaração política.

7.5.18.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em 2011 um dos objetivos declarados da intervenção externa a que nos sujeitaram era a redução da dívida pública, em 2011 esta estava nos 107.2% do PIB e no final de 2014 estava quase nos 130%. Em 2011 era 18% a percentagem da população em risco de pobreza, em 2014 esse número encontra-se nos 26%. Há mais de meio milhão de portuguesas e portugueses sem emprego e sem acesso a qualquer tipo de apoio estatal. Soubemos esta semana através do Instituto Nacional de Estatística que a taxa real de desemprego atinge os 23.8% o que faz que contabilizemos cerca de um milhão e duzentas mil portuguesas e portugueses nesta situação. Entretanto o número de trabalhadores que ganha o salário mínimo duplicou entre 2005 e 2014, o sucesso deve medir-se através do empobrecimento das portuguesas e dos portugueses, não tivessem sido essas as palavras com que o Primeiro Ministro Passos Coelho marcou o início do seu mandato.



Vemos o estado em que se encontram as urgências, vemos as crianças na escola com fome, vemos o empobrecimento generalizado em benefício de muito poucos. Como podemos aceitar que se fale em sucesso perante o país neste estado?

As eleições na Grécia e o seu resultado representaram um sinal de esperança para os gregos e para os restantes povos europeus, que sabem que a austeridade para além de não ser remédio, apenas acrescenta doença ao doente. As múltiplas pressões a que as instituições europeias internacionais sujeitaram o Governo Grego, trouxeram à evidência a hipocrisia que hoje rege as relações entre os parceiros internacionais. Estamos perante uma falácia quando falamos de união na União Europeia e essa pode muito bem ser a razão da sua falência. Não sabemos, não podemos saber o que vai acontecer na Grécia, mas sabemos que nada ficará na mesma. As pessoas começam a questionar-se acerca deste modelo de União Europeia, as pessoas sabem que lhes foram pedidos sacrifícios e não foram poucos, para entrarmos na moeda única e agora exigem sacrifícios para que permaneçamos. O embuste não pode durar muito mais tempo, e o embuste fica à vista quando nós vemos hoje a colocação de Portugal sobre vigilância apertada, quando sabemos que Portugal, Bélgica, Itália e França, entre outros falharam as metas de ajustamento, quando sabemos que a França tem a extensão do prazo de ajustamento até 2017, a Itália e à Bélgica aparentemente não irá acontecer nada. Somos nós o país sério e cumpridor que à custa de tantos e tantos sacrifícios impostos ao seu povo, conquistou a confiança dos seus parceiros, no nosso entender não é, é tempo de acabarmos com esta miséria que graça por este país fora e pela Europa fora e de começarmos a pensar de facto que tipo de modelo de União Europeia é que nós queremos, se queremos uma união solidária entre os povos ou esta união que apenas enriquece os mais ricos e apenas continua e há de continuar a empobrecer os mais pobres.”

8 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

8.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXII**).

8.1.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.

8.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A Informação foi distribuída pelos Srs. Deputados, só gostava de sublinhar alguns aspetos que não estão referidos porque têm a ver com atividade que nos propomos desenvolver.

Tal como já foi referido na reunião de Representantes, com a informação que o Sr. Presidente teve a oportunidade de nos fazer chegar, a propósito de levarmos a cabo ainda durante o primeiro semestre deste ano a primeira sessão do Congresso Almada. Está em curso o agendamento para dia 5 de março de uma reunião com todos os eleitos, designadamente do Município, os Eleitos na Assembleia Municipal, os Eleitos nas Assembleias de Freguesia e União de Freguesias, Srs. Eleitos nas Vereações e Srs. Eleitos nas Juntas de Freguesias, para aí se poder ponderar sobre a data, a Comissão Organizadora, sobre os temas e sobre a calendarização da iniciativa que propomos levar a cabo. É uma iniciativa que tal como se diz propõe refletir sobre as grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Município. É nosso desejo que seja uma oportunidade para que todos se possam pronunciar e avaliar sobre linhas gerais de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal e outros programas estratégicos, e a propostas do tema à partida será em torno desta matéria.

Depois gostaria desde já referir que seria desejo nosso que os líderes das bancadas de todos os Partidos na Assembleia Municipal pudessem vir a integrar a Comissão Organizadora, bem como os Srs. Presidentes das Uniões de Freguesia e das Assembleias das Uniões de Freguesias e Juntas de Freguesia. É uma proposta e como estamos na Assembleia Municipal gostaria desde já adiantar.

Depois, outras matérias que será importante colocar aqui nesta oportunidade, reunimos com o Sr. Secretário de Estado do Território a propósito do projeto de requalificação da estrada florestal e dos parques de estacionamento das praias do Sul da Costa da Caparica, e parece haver condições para um entendimento por forma a que a obra ainda possa ser lançada este ano. Esta é uma matéria de grande importância no contexto do Plano de Desenvolvimento da Costa da Caparica, sobretudo no que diz respeito à minimização de riscos que estão relacionados com as condições atuais de circulação naquela estrada.

Também referir que no âmbito do Portugal 2020, no que diz respeito às candidaturas já abertas, foi subscrita pela Câmara Municipal a participação na DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) costeira e também um DLBC urbana, esta última mais circunstanciada às condições do Concelho de Almada. Está em curso



os trabalhos preparatórios do Caparica Primavera Surf Fest com bom andamento e também o processo de naturalização do cordão dunar da Costa da Caparica.

Queria referir à Assembleia a melhoria que estamos a constatar no que diz respeito às tarefas de remoção de resíduos sólidos urbanos graças aos processos de admissão que levamos a cabo, é um processo que gostaríamos de consolidar e dar sustentabilidade e para isso o novo Regulamento de Resíduos de que dei nota há pouco, pode ser da maior importância. As nossas preocupações no que diz respeito ao espaço público centram-se agora também no que diz respeito ao tratamento das vias, designadamente aquelas que foram mais afetadas pelas condições climáticas e onde não houve oportunidade de realizar atempadamente as devidas intervenções. Portanto, o processo de melhoramento das vias está em programação e brevemente também teremos uma intervenção sustentada nessa área que é de todo o interesse levar a cabo.

Também no que diz respeito ao Programa de Emergência Social já referida na Assembleia Municipal de dezembro, já foi aprovado pela Câmara Municipal o respetivo Regulamento e será também objeto de debate e deliberação desta Assembleia Municipal num ponto que mais à frente iremos abordar nos trabalhos.

Referir que continua em curso um conjunto vasto de procedimentos concursais para dotar a Câmara Municipal dos trabalhadores necessários em diversas áreas, e terminar por referir que é com satisfação que em relação ao ano 2014 se voltou a verificar uma elevada taxa de execução orçamental o que corresponde também a uma elevada execução do Plano de Atividades, rondando os 90%. Não quer isto dizer naturalmente que não haja muita coisa para fazer, mas em relação àquilo que de essencial nos propusemos fazer e que esta Assembleia aprovou para o ano de 2014, o essencial foi executado.”

8.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias e Maria D’Assis.

8.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começava por uma questão que o Sr. Presidente falou que é o novo Festival que vai ser realizado O Caparica Primavera Surf Fest, que como é óbvio não temos nada a opor, nós associamo-nos ao sucesso que foi o primeiro Festival no verão. Colocamos questões sobre aquilo que era a sua estrutura de financiamento, quem organizou, com que custos e era também a questão que queria deixar, é qual é a mecânica do ponto



de vista da estrutura de organização, se existe alguma entidade externa como aparentemente esteve associada à organização do primeiro Festival para a concretização deste, se sim quem, esse alguém como é que foi decidido que fosse o organizador desse Festival, com que custos, para que saibamos sobretudo a mecânica, mas também e associada a esta questão eu recorde-me do primeiro Festival tinha uma área de restauração que eu acho que é hoje em dia também algo que acompanha sempre este tipo de festivais. Depois em conversa com alguns comerciantes locais, eles reportavam-me que tinham também tido interesse em participar, em estar presentes com o seu espaço, a questão é se isso está a ser ou não considerado, em que medidas está a envolver a Associação de Comerciantes, porque parece-nos a nós que é um evento que ajuda mais uma vez a marcar o nosso território, a divulgar a Costa da Caparica, ajuda também certamente a criar consumo em Almada que se reproduz certamente nos mais diversos aspetos da nossa vida quotidiana, mas era também importante que pudessemos ter neste evento a participação das forças locais que ajude ainda a alavancar mais o bom que é este tipo de iniciativas. Uma outra questão diz respeito neste caso ao local do primeiro Festival que segundo rezam as queixas que nos têm procurado fazer chegar, há um conjunto de detritos á volta do Jardim Urbano que preocupam os moradores daquela área, que se tem agravado nos últimos tempos e era importante tentar perceber se está planeada alguma intervenção para aquela área porque parece que o problema tem sido em crescente em relação àquela zona da Costa da Caparica.

Uma outra questão diz respeito à manutenção das infraestruturas rodoviárias. E em relação a essa matéria deixava duas questões, uma diz respeito à av.^a Bento Gonçalves, já não são raras as vezes cidadãos que nos procuram a dar nota de um fatídico desnivelamento, buraco, aquilo que lhe quiserem chamar, no início da subida da Bento Gonçalves, para quem vai do Centro Sul para o Centro de Almada, do lado esquerdo invariavelmente, eu acho que deve ser um pleno de todos os cidadãos que já ali deixaram a roda do carro alguma vez, uns sem danos, outros com danos. Nós já temos tido de forma crescente um conjunto de cidadãos que reportam danos em relação a esse matéria e como aquele para quem conhece bem, que transita ali várias vezes já não deve ser a primeira vez que resvala no desnivelar daquele pavimento, deixava essa questão, se está prevista alguma intervenção, sendo certo se calhar o que faria sentido era a intervenção na requalificação da av.^a, mas pelo menos de uma situação que é bastante urgente e que já se arrasta há demasiado



tempo. Associado a isto tem a ver com a av.^a do Mar na Aroeira, que segundo sabemos houve uma intervenção parcelar, que eu admito que tenha sido por algum acordo com um investidor privado, mas a minha questão é se está previsto alguma requalificação, eu sei que foi uma área que foi desanexada da concessão da Baixo Tejo, mas houve alguns melhoramentos parcelares numa parte dessa avenida. Queríamos saber se é para continuar, se teve alguma justificação de intervenção de um investidor ou de outra circunstância qualquer.

Uma última questão diz respeito à ciclovia junto à Margueira, que segundo nos dizem há um conjunto de deficiências que importava corrigir. É certo que as ciclovias hoje em dia é algo que é muito in e parece que fica muito bem para a fotografia, agora ter ciclovias sem condições, ou ciclovias sem as melhores condições de segurança e sem as melhores sinalizações, parece-nos a nós que também não é a solução e aquela sem pôr em causa o mérito da iniciativa que pode ser discutível, apesar de tudo da forma como ela está implementada naquela área, até porque é uma área nova, tem alguma circulação automóvel e não só, mas sobretudo automóvel, como aquela ciclovia está implantada realmente tem algumas deficiências que não sei se o Executivo já diagnosticou, já referenciou e já tem um plano de ação, mas pelo menos destacávamos também um conjunto de queixas que temos vindo a receber sobre essa matéria.”

8.1.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria colocar algumas questões que têm a ver com a habitação social. Não haja dúvidas que se verifica algum esforço do município em termos de realojamento de algumas famílias, no entanto nós sabemos de facto que relativamente à habitação social ela é manifestamente insuficiente para as carências das famílias em termos do Concelho. Não só as que se encontram inscritas na Câmara, inscritas em termos do IHRU, bem como as situações também das famílias que se encontram alojadas em bairros clandestinos que é o caso do Segundo Torrão e das Terras da Costa.

Nós queremos aqui um pouco clarificar e tentar perceber melhor. Felizmente há a possibilidade de uma outra alternativa que é o arrendamento de casas que estejam, portanto daquilo que nós percebemos, que estejam em articulação com os Bancos, nós pensamos que é uma solução muito mais interessante do que alojar famílias em bairros que com todos os apoios e intervenção acabam sempre por ser estigmatizantes e penso que esta solução é muito mais interessante do ponto de



vista, porque as famílias têm mais capacidade de integração e inserção em zonas, depois também pode contribuir de facto para o desenvolvimento local na medida em que permite quer aos bancos quer a nível de alguns senhorios poderem arrendar casas que estão devolutas. Nesse sentido gostaríamos um pouco de perceber em que ponto este processo está, se a Câmara de facto perspetiva apenas esta relação desta parceria com os bancos, se perspetiva ir um pouco mais além no sentido de identificar casas que estejam devolutas no Concelho, no sentido até de alargar esta parceria. Portanto, era um pouco nesse sentido e também já agora, se se perspetiva a curto prazo de facto a situação do realojamento das famílias do Segundo Torrão e das Terras da Costa. Se esta situação está toda ela equacionada nesta nova alternativa que de facto se coloca.”

9 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 27 de fevereiro de 2015.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Maria Teodolinda Silveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.

11 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e Humberto Lameiras do Cidade Informação Regional; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte Srs. Múncipes.

12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 27 de fevereiro de 2015.

14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____